



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE

Mariana Neves Jaimes

**“A GENTE CUIDA DA TERRA E A TERRA CUIDA DA GENTE”:
UMA ANÁLISE SOBRE O COLETIVO DE MULHERES RAÍZES DA TERRA
DO QUILOMBO CAMPO GRANDE**

Itajubá/MG

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
TECNOLOGIAS E SOCIEDADE

Mariana Neves Jaimes

**“A GENTE CUIDA DA TERRA E A TERRA CUIDA DA GENTE”:
UMA ANÁLISE SOBRE O COLETIVO DE MULHERES RAÍZES DA TERRA
DO QUILOMBO CAMPO GRANDE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá como requisito para obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa – Desenvolvimento e Sociedade.

Orientadora – Profa. Dra. Viviane Guimarães Pereira

Coorientador – Prof. Dr. Adriano Pereira Santos

Itajubá/MG

2022

Mariana Neves Jaimes

**“A GENTE CUIDA DA TERRA E A TERRA CUIDA DA GENTE”:
UMA ANÁLISE
SOBRE O COLETIVO DE MULHERES RAÍZES DA TERRA DO QUILOMBO
CAMPO GRANDE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá como requisito para obtenção do título de mestre.

Aprovada em:

Dra. Viviane Guimarães Pereira
Universidade Federal de Itajubá

Dr. Adriano Pereira Santos
Universidade Federal de Alfenas

Dra. Bruna Mendes de Vasconcelos
Universidade Federal do ABC

Dra. Nathália Lopes Caldeira Brant
Instituto Federal Sul de Minas - Machado

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a todas as mulheres sem-terra que me receberam e me emprestaram suas vozes, me estenderam a mão e permitiram que eu adentrasse em suas vidas. Entre elas: Tuíra Tule, Mahara, Débora, Obed, Lúcia, Nana, Dirce, Diná, Dona Ricarda, Geane, Conceição e Kallen.

A partir disso, estendo meu agradecimento a todas e todos sem-terra por continuarem na luta incansável para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e agroecológica.

A todas amigas e amigos que acreditaram na minha pesquisa. Em especial, à Gabi, por todas as trocas e convivência durante os trabalhos de campo. À Larissa, por ter me aproximado do MST e ter me ouvido desde o início do projeto de pesquisa. Às amigas de mestrado Caroline Teixeira, Mariana Sayad, Carolina Dantas e Renata pelas trocas de experiências, apoio e escuta durante nosso percurso de pesquisa. Ao meu companheiro Rafael Cappello, por todo apoio, amor e incentivo. À minha mãe, ao meu pai, às minhas irmãs Geovana e Juliana, e à Maria Flor, que sempre estiveram ao meu lado.

À Viviane, minha orientadora e conselheira, por sua sensibilidade, inspiração e, claro, por toda paciência. E ao Adriano, por seu aguçado senso crítico e sociológico.

Às professoras Bruna e Nathalia, pela disposição e por prontamente aceitarem a fazer parte da banca. Agradeço por todos os apontamentos atentos sobre minha pesquisa na qualificação e que contribuíram no resultado da dissertação.

Ao Núcleo Travessia e ao Núcleo de Estudos em Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (Netasa).

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.

A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede.

(Conceição Evaristo)

RESUMO

O Coletivo de mulheres Raízes da Terra é uma auto-organização do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-terra pertencente à área de assentamentos e acampamentos populares denominada Quilombo Campo Grande, localizada em Campo do Meio-MG. O Coletivo surgiu para contribuir com a autonomia e geração de renda das mulheres do MST em 2011 e, desde então, tem se organizado entre diversas atividades, sendo o cultivo de ervas medicinais e a produção de fitoterápicos, por meio da horta coletiva, uma delas. Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo analisar as práticas e dinâmicas construídas pelo Coletivo de mulheres Raízes da Terra em relação às expressões do cuidado, por meio de técnicas de observação participante. As mulheres, devido a uma série de condicionantes históricos e sociais, têm ocupado o lugar de responsáveis pela sustentabilidade da vida. Essa responsabilidade é analisada de distintas maneiras dentro da literatura feminista. A partir da reprodução social, foi realizado uma análise sobre os significados do cuidado desenvolvidos pelas mulheres. Chegou-se à conclusão de que as mulheres do Raízes da Terra desenvolvem outras sociabilidades, diferentes das hegemônicas, por conta da inserção no Movimento Social e no contexto do trabalho coletivo de base agroecológica. O cuidado, entre as mulheres pesquisadas, é estendido para a comunidade, para a natureza e para si próprias. Neste sentido, espera-se contribuir com a compreensão do trabalho de “sustentabilidade da vida” no contexto das mulheres camponesas e sem-terra, além de identificar elementos dessa relação que contribua para o melhor desenvolvimento da sociedade, pautado pela vida.

PALAVRAS-CHAVES: QUILOMBO CAMPO GRANDE; MST; FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR; SUSTENTABILIDADE DA VIDA; CUIDADO.

ABSTRACT

The Collective de mulheres Raízes da Terra is a self-organization of the Landless Rural Workers Movement (MST) belonging to the area of settlements and popular camps called Quilombo Campo Grande, located in Campo do Meio-MG. The Collective emerged to contribute to the autonomy and income generation of MST women in 2011 and, since then, has been organized among several activities, one of them being the cultivation of medicinal herbs and the production of herbal medicines through the collective garden. In this context, the present research aimed to analyze the practices and dynamics built by the Raízes da Terra women's collective in relation to expressions of care, through participant observation techniques. Due to a series of historical and social conditioning factors, women have taken on the role of those responsible for the sustainability of life. This responsibility is analyzed in different ways within the feminist literature. Based on social reproduction, an analysis was carried out on the meanings of care developed by women. The conclusion was reached that the women of the Roots of the Land movement develop other sociabilities, different from the hegemonic ones, due to their membership in the Social Movement and in the context of collective agroecological work. Among the women researched, care is extended to the community, to nature and to themselves. In this sense, we hope to contribute to the understanding of the work of "sustaining life" in the context of peasant and landless women, in addition to identifying elements of this relationship that contribute to the better development of society, guided by life.

KEY-WORDS: QUILOMBO CAMPO GRANDE; MST; POPULAR PEASANT FEMINISM; SUSTAINABILITY OF LIFE; CARE.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Tabela do perfil das mulheres do Coletivo Raízes da Terra envolvidas diretamente no trabalho da horta medicinal.....	23
Tabela 2. Momentos de coleta de dados.....	27
Tabela 3. Acampamentos do complexo de áreas do Quilombo Campo Grande em Campo do Meio-MG.....	50

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização da Escola Popular Eduardo Galeano antes de ser demolida durante ação de despejo, em 2020.....	14
Figura 2. Assentamento Nova Conquista II vista a partir do Viveiro.	15
Figura 3. Sem-terras apagando incêndio	16
Figura 4. Tuíra Tule, coordenação do Quilombo Campo Grande, auxiliando no controle do incêndio	17
Figura 5. Dona Ricarda sendo entrevistada em sua casa	22
Figura 6. Entrevista de grupo focal com as mulheres do Coletivo Raízes da Terra.....	26
Figura 7. Resumo dos objetivos do MST no Programa de Reforma Agrária de 1995.....	44
Figura 8. Localização do Quilombo Campo Grande em Campo do Meio-MG	49
Figura 9. Vista da usina desativada a partir das áreas do QCG	51
Figura 10. Dirce, integrante do Coletivo Raízes da Terra, em sua horta cultivada por ela e seu companheiro	71
Figura 11. Coletivo de mulheres Raízes da Terra	75
Figura 12. Horta coletiva de ervas medicinais e aromáticas do Coletivo Raízes da Terra... ..	78
Figura 13. Geane com seu bebê em dia de trabalho na horta de plantas medicinais	82
Figura 14. Lúcia em um dia de trabalho do Coletivo na horta de plantas medicinais e aromáticas	87
Figura 15. Diná em seu quintal	94
Figura 16. Definição do Plano de trabalho das Oficinas de farmácia.....	101
Figura 17. Mística de abertura da Oficina de Farmácia Verde/Viva.....	102
Figura 18. Momento de cuidado na abertura da oficina de farmácia viva	103
Figura 19. Obed durante visita a horta de Plantas medicinais e aromáticas com os professores da UNIFAL-MG.....	104

LISTA DE SIGLAS

CAPIA - Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo

CPT – Comissão Pastoral da Terra

IF – Instituto Federal

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra

NETASA – Núcleo de Estudos em Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar

OSM – Orgânicos Sul de Minas

UNIFAL-MG – Universidade Federal de Alfenas

QCG – Quilombo Campo Grande

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Construindo a pergunta.....	19
Metodologia.....	21
Organização do trabalho.....	32
CAPÍTULO 1. HISTÓRIAS E LUTAS DO QUILOMBO CAMPO GRANDE (MST).....	34
1.1 Da modernização agrícola à luta pela terra.....	34
1.2 Movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra.....	37
1.3 “Sem a participação das mulheres a luta fica pela metade”	40
1.4 Quilombo Campo Grande.....	48
CAPÍTULO 2. DANDO NOME ÀS COISAS: DA REPRODUÇÃO SOCIAL À ÉTICA DO CUIDADO.....	54
2.1 O Trabalho Reprodutivo.....	54
2.2 A Divisão Sexual do Trabalho e a Sustentabilidade da vida.....	57
2.3 Mulheres e a relação com a Terra.....	62
2.3.1 Agricultura camponesa de base Agroecológica.....	62
2.3.2 Ecofeminismo.....	64
CAPÍTULO 3. COLETIVO DE MULHERES RAÍZES DA TERRA: DESLOCANDO OS SENTIDOS DO CUIDADO.....	74
3.1 Práticas de cuidado na rotina do trabalho coletivo.....	83
3.2 Organização e importância política do trabalho coletivo.....	89
3.3 Agricultura camponesa e agroecológica.....	92
3.4 Saberes Tradicionais.....	96
CONCLUSÃO.....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	108
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	113
APÊNDICE B – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO.....	114

INTRODUÇÃO

Era uma tarde de quinta-feira, dia 10, do mês de setembro, no ano de 2020. O ar estava seco e carregado de fumaça. Devido à falta de chuva do inverno, é comum que neste período ocorram pequenos focos de incêndios nas matas e plantações.

A área de assentamentos e acampamentos populares do Quilombo Campo Grande (QCG), em Campo do Meio, sul de Minas Gerais, é localizado entre uma região de latifúndios produtores de café e cana-de-açúcar. Em razão disso, existe uma intensa e permanente disputa territorial entre os/as agricultores/as sem-terras e os proprietários da Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (Capia), antigos donos da Usina falida de Ariadnópolis, que reivindicam a posse do local revitalizado pelos trabalhadores(as) sem-terras desde a primeira ocupação ocorrida em 1998. Portanto, por ser uma área de conflito, além dos focos de incêndios causados pela seca, há sempre a possibilidade de o fogo ter sido espalhado criminosamente como meio de intimidação, comumente usados em conflitos agrários.

Eu havia chegado no QCG no dia anterior e agora finalmente estava indo acompanhar as mulheres do coletivo Raízes da Terra no trabalho da horta de plantas medicinais e aromáticas. Elas se encontram uma vez por semana nesse espaço, localizado dentro do Assentamento Nova Conquista II.

Eu estava hospedada em uma casa do Assentamento Primeiro do Sul, junto de Mirinha e seu Zé, um senhor que havia sofrido despejo um mês antes durante as ações de reintegração de posse em favor do empresário Jovane de Souza (Capia). Mesmo em situação de risco agravada pela pandemia do COVID-19, quatorze famílias foram despejadas e tiveram suas casas e plantações agroecológicas, cultivadas há mais de 20 anos, destruídas. Além disso, a Escola Popular Eduardo Galeano (Figura 1), onde crianças, jovens e adultos eram alfabetizados, foi demolida¹.

¹ A reintegração de posse ocorreu entre os dias 12 e 14 de agosto de 2020, as famílias resistiram por 60 horas ao confronto e truculência da Polícia Militar. Na região onde se deu a ação judicial, viviam cerca de 450 famílias que ocupavam há 22 anos o local que corresponde a usina falida. Quem esteve à frente do despejo foi o empresário Jovane de Souza Moreira, que tenta reativar a usina para cumprir um acordo comercial com a empresa de João Faria da Silva, um dos maiores produtores de café do país. A reintegração ganhou repercussão nacional e diversas mobilizações de apoio (SODRÉ, 2020).

Figura 1. Localização da Escola Popular Eduardo Galeano antes de ser demolida durante ação de despejo, em 2020



Fonte: Isabelle Medeiros, 2018

O assentamento Primeiro do Sul fica distante do assentamento Nova Conquista II, onde está localizado o Viveiro – local que abriga a sede do assentamento e a horta do coletivo de mulheres. Por conta disso, e por eu estar sem carro e dependendo de carona, cheguei no fim da manhã, quando as mulheres já haviam terminado o trabalho na horta e esperavam pelo almoço. Depois do almoço elas se reuniram para discutir algumas questões sobre o grupo, e eu tinha sido convidada a participar.

Conforme já mencionado, era uma tarde seca de setembro e no horizonte era possível enxergar diferentes focos de queimada na mata. Preocupadas, as mulheres me pediram para ficar com as crianças e foram em direção ao fogo (Figura 2). Foi

assim que percebi que não seria naquele dia que eu conversaria e observaria as mulheres em meio a uma rotina “normal” de trabalho.

Figura 2. Assentamento Nova Conquista II vista a partir do Viveiro.



Fonte: Acervo pessoal, 2020

Passado algum tempo, pude deixar as crianças e sair atrás das mulheres para oferecer minha ajuda da maneira que pudesse. O fogo se alastrava e ardia. Havia dois senhores, um caminhão do corpo de bombeiros com dois homens e as mulheres. Enquanto os dois senhores tinham apenas duas bombas costais para apagar o fogo, os bombeiros assistiam a cena de longe e as mulheres pegavam tudo que era possível para ajudar no controle do incêndio, baldes, galhos secos e até os próprios sapatos. Apesar do fogo que estava indo em direção às propriedades ter sido controlado, ainda havia uma parte que se alastrava em direção a mata.

Perguntei para as pessoas que estavam ali sobre o porquê de os bombeiros não ajudarem. Me responderam que eles não são obrigados a intervir quando não há

propriedade ou pessoas sofrendo risco de vida. Eles devem responder por comandos de superiores e agir conforme as prioridades. E naquele momento, a queimada em direção à mata, às plantações e habitat de animais silvestres, não eram prioridades. Por outro lado, as mulheres permaneciam ali, na tentativa de apaziguar o fogo. Geane mais tarde me explicaria que a mata abriga uma diversidade de animais, ninhos, ervas nativas e vida, por isso da preocupação em intervir no incêndio.

Com a chegada da noite e mesmo na escuridão, as mulheres, junto dos dois homens que estavam ali desde o início da manhã, continuaram os esforços para controlar a queimada. Os bombeiros foram embora. Alguns homens assentados que viviam ali próximo iam chegando do serviço na lavoura ou na cidade e iam direto para dentro de suas casas. Mas as mulheres permaneceram ali, apesar da fumaça e da escuridão. Não pude presenciar o desfecho da cena, minha carona chegou e eu precisei ir.

Figura 3. Sem-terras apagando incêndio



Fonte: Lucas Bois, 2020

Figura 4. Tuíra Tule, coordenação do Quilombo Campo Grande, auxiliando no controle do incêndio



Fonte: Lucas Bois, 2020

As mulheres e os bombeiros responderam através de diferentes posturas/conduitas/éticas. Enquanto para os bombeiros aquilo poderia ser apenas mato e que, portanto, não era uma prioridade, para as mulheres era vida. Essa diferença de posturas representa, na verdade, diferentes posturas éticas em relação ao que podia ser atingido e ao que não podia. Os *insights* que essa cena me despertou me ajudaram a enxergar parte da dimensão subjetiva que o cuidado ocupa na vida delas. As mulheres são, secularmente, responsáveis por apagar o fogo da corrida apressada da humanidade rumo ao progresso e desenvolvimento.

Sendo assim, foi essa cena que posteriormente me daria suporte para reorganizar os fragmentos que eu viria a coletar. Compreendi que a iniciativa das mulheres diante do incêndio era uma expressão do cuidado e da preocupação com a sustentabilidade da vida. Ao se preocuparem com os riscos ambientais, elas se preocupavam com o cuidado no geral, com o cuidado da natureza, mas também da vida e da comunidade. Mesmo que seus lotes estivessem distantes e não corressem risco de serem atingidos, elas agiram em favor da comunidade e do que entendiam

ser importante. Essa prioridade pode ser lida como fruto de uma postura ética em relação à vida.

Essa cena efetivamente me introduziu no campo e despertou as primeiras perguntas. A partir disso, pude compreender que o trabalho de campo quase nunca é o que esperamos que ele seja. Eu esperava passar um dia “produtivo” com as mulheres conversando sobre seus trabalhos, sobre suas rotinas e produções. Mas no fim, foi a partir da ação que me senti mais próxima delas e pude acessar um fio do tecido de suas subjetividades.

Conforme afirma Jean-Claude Kauffman (2011, p. 16), “são nas situações de maior intensidade, mas notadamente de maior naturalidade, na interação em campo, que se revelam as camadas mais profundas da verdade”. Sendo assim, fui recebida pelo trabalho de campo.

As mulheres são historicamente centrais para a preservação da vida e do solo e são as que expressam “uma preocupação latente com a vida e com o cuidado [...], zelando pela saúde de todos os seres vivos” (LIMA; PEREIRA, 2020, p.87). Esse comportamento pode ser entendido como resistência ao modelo de desenvolvimento hegemônico, que implicou em formas de colonização e violências onde elas e a natureza foram as mais prejudicadas. Por conta disso, a preocupação das mulheres com a vida costuma ser frequente entre as discussões e demandas das mulheres, principalmente entre aquelas que vivem no campo e organizadas dentro de movimentos sociais.

O Coletivo de mulheres Raízes da Terra pertence à organização popular do Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem-terra (MST), localizada no território do Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio, sudoeste de Minas Gerais. O Coletivo surgiu em 2011 em meio a necessidade de juntar as mulheres para superarem as dificuldades do cotidiano na roça e possibilitar trabalhos coletivos na perspectiva de geração de renda, autonomia e equidade de gênero (SANTOS, 2015).

O MST vem avançando nas pautas de gênero e suas integrantes vêm se inserindo cada vez mais em espaços públicos e de tomada de decisões. A construção do Coletivo de mulheres é um dos reflexos desse avanço que se dá em âmbito nacional do Movimento. O incentivo à construção dos coletivos de mulheres parte da

compreensão sobre a importância da auto-organização e da geração de renda para conquista de autonomia. Além disso, é um importante braço da luta pela permanência na terra e para a melhoria na qualidade de vida de todas e todos (AMARAL, 2018).

Atualmente o Coletivo conta com mais de vinte mulheres. Uma das atividades desenvolvidas por elas é o cultivo de plantas medicinais, aromáticas e produção de fitoterápicos, que é desenvolvida na horta coletiva e na pequena agroindústria destinada ao beneficiamento dos produtos. Além disso, elas constroem e participam de diversos espaços de formação política, sendo que a maior parte delas faz parte da coordenação do movimento e/ou de setores de organização interna, como educação, saúde, entre outros.

Tomando emprestada as palavras de Silvia Federici (2019, p. 14), acredito que este trabalho possa contribuir tanto para o “reconhecimento de realidades vivas quanto um chamado para uma política de reversão na qual as mulheres desempenham um papel especial como principais sujeitos da reprodução de sua comunidade”. Isto é, reconhecer a importância da reprodução, expressa nesse trabalho por meio do cuidado, como garantia da sustentabilidade da vida e como possibilidade de resistência.

CONSTRUINDO A PERGUNTA

A intenção para esta pesquisa era, inicialmente, trabalhar a questão da geração de renda entre as atividades produtivas do Coletivo Raízes da Terra, já que essa era uma das demandas do próprio Movimento.

Embora a organização do coletivo tenha surgido com uma das finalidades de alcançar a autonomia econômica das mulheres, percebi que a renda gerada ainda é pouco expressiva². Mesmo que no momento estejam avançando e ampliando a venda de seus produtos, a geração de renda continua sendo simbólica e a maior parte do

² Sobre os desafios e limites da organização produtiva do coletivo Raízes da Terra, ver Santos (2015).

trabalho é feito por meio de iniciativa voluntária, conforme informação obtida por algumas mulheres do grupo e que explorarei mais adiante.

Mesmo a geração de renda sendo ainda pequena, as mulheres continuam indo toda semana para a horta e participando de reuniões, formações e oficinas. Fiquei me perguntando o que era que as aproximavam e as mantinham regularmente nas atividades do grupo. Logo percebi que a relação se estendia para além do financeiro.

Por meio da convivência, das conversas e observações, percebi que o “cuidado” é um elemento de grande importância para a organização e manutenção do coletivo, além de estar presente em todas as esferas do trabalho e para além dele. Isso não apenas porque o coletivo produz ervas medicinais, aromáticas e fitoterápicos para a promoção da saúde das companheiras e companheiros, mas também porque no processo da produção, elas mesmas desenvolvem outras sociabilidades em que o cuidado é central.

Diante disso, a pergunta que orienta a presente investigação, é: Como o Coletivo de mulheres Raízes da Terra, do Quilombo Campo Grande, expressa as relações de cuidado (humana e natureza) a partir do trabalho coletivo?

Logo, o objetivo geral da pesquisa é **compreender os sentidos construídos pelo Coletivo de mulheres Raízes da Terra em torno do cuidado nas atividades desempenhadas na horta agroecológica de plantas medicinais e aromáticas, no contexto do trabalho coletivo e inserção no movimento social.**

Para isso, são objetivos específicos: 1) Analisar a história e lutas do MST e, especificamente, do Quilombo Campo Grande, dando ênfase à organização das mulheres; 2) Analisar os sentidos que o cuidado adquire no contexto específico do campo e do movimento social; 3) Estabelecer a trajetória social das mulheres antes de entrar para o MST e depois de inseridas no Coletivo de auto-organização.

As mulheres sem-terra, devido a uma série de circunstâncias histórico-sociais que serão apresentadas adiante, possuem uma maior relação e identificação com o cuidado e para a sustentação da vida. No entanto, seus saberes e trabalhos vêm sendo historicamente colocados à margem. Por isso, é fundamental olhar para os conhecimentos, usos e estratégias políticas dessas mulheres. Colocar o foco sobre

as mulheres trabalhadoras, não brancas e camponesas é importante para desestabilizar as estruturas de poder e saber hegemônicas. Isto é,

(...) o aprender como fazer uma outra sociedade não se dá separado dos saberes daquelas pessoas que mais sofrem com o atravessamento dos sistemas de opressão. São elas que desenvolvem uma força sensível e um conhecimento possível de mover as estruturas de poder. São elas que constroem experiências de redes de empatia, atenção e cuidado para permitir a existência do outro por meio do fortalecimento mútuo e podem ensinar a pensar um movimento inclusivo, que não faça novas vítimas. (KUHNNEN, 2020, p. 142)

Assim, as reivindicações sociais das mulheres sem terras, são geralmente aliadas das questões comunitárias e das reivindicações ecológicas, em defesa ao solo e à saúde. Por meio do trabalho coletivo, as mulheres se organizam em defesa da terra e da vida e não deixam de lembrar que “o mundo só é mundo e existe até hoje por conta das mulheres”³.

METODOLOGIA

De modo a ouvir e compreender as práticas das mulheres do Coletivo Raízes da Terra da maneira mais profunda que eu fosse capaz, adotei uma abordagem de pesquisa com observação participante (BRANDÃO, 2007) para a inserção no campo e coleta de dados. A análise dos dados envolveu a interpretação de significados de uma forma descritiva e interpretativa. O meu interesse em produzir conhecimento científico e ao mesmo tempo reafirmar meu compromisso e responsabilidade pela luta social, influenciou nessa definição⁴. Acredito que apenas o mergulho profundo no universo dessas mulheres, permitiria que eu formulasse uma compreensão significativa e

³ Mahara (coordenadora do setor de produção e integrante do Coletivo Raízes da Terra) em fala na aula de Questão Agrária, Agroecologia e Soberania Alimentar, do Programa de Pós-graduação em Geografia da UNIFAL-MG, no dia 31 de maio de 2021.

⁴ A princípio, esta pesquisa seria uma etnografia se não fosse pelas condições limitadas que a pandemia causada pelo coronavírus impôs durante os dois anos de pesquisa.

condizente (o tanto que minha posição limitada de forasteira possibilitasse) com suas realidades e com o cuidado que estabelecem nas suas relações.

Destaco que essa pesquisa foi realizada totalmente em contexto de pandemia causada pelo Covid-19. Portanto, o tempo em trabalho de campo precisou ser reduzido e realizado com todas as medidas de segurança necessárias. Além dos períodos de isolamento social antes de ir à campo, medidas como uso de máscaras, álcool em gel e contatos realizados em lugares aberto também foram tomadas para manter as mulheres e a mim mesma em segurança.

Estive em quatro ocasiões diferentes no QCG para realização do trabalho de campo. Sendo em setembro e dezembro de 2020, fevereiro e novembro de 2021. Nas duas primeiras idas priorizei o fortalecimento dos laços e da confiança com a comunidade. E nas últimas visitas, realizei as entrevistas, sendo um grupo focal (Tabela 2) e dez entrevistas individuais.

Figura 5. Dona Ricarda sendo entrevistada em sua casa



Fonte: Acervo pessoal, 2022

Para a realização da pesquisa, optei por acompanhar e entrevistar as mulheres que estão diretamente envolvidas no trabalho da horta. Na época da realização do trabalho de campo e das coletas de dados, eram 8 mulheres envolvidas no trabalho da horta semanalmente: Obed, Diná, Kallen, Geane, Dirce, Nana, Lúcia e Consolação. Dentre elas, apenas a Consolação não foi entrevistada individualmente, pois na época em que estive em campo ela estava em viagem. Além delas, foram entrevistadas também Débora (coordenação estadual) e Dona Ricarda. Isto porque elas participaram da formação do coletivo e ainda hoje desempenham papel importante para a organização das mulheres e do Quilombo Campo Grande como um todo. Além disso, estive em contato o tempo todo com Tuíra Tule, que faz parte da direção do movimento na região e possibilitou a organização de minhas idas até o território.

Abaixo está uma tabela com os nomes e dados sobre as mulheres entrevistadas e acompanhadas para a realização da pesquisa. Na tabela, evidencia-se que a maioria das mulheres possuem mais de 50 anos de idade e são de origem urbana. Metade já são assentadas, enquanto a outra metade segue acampada. A escolaridade delas também é algo que chama a atenção, a maioria das mulheres mais velhas não possuem ensino médio completo, enquanto as mais jovens possuem curso técnico ou mesmo graduação.

Tabela 1. Tabela do perfil das mulheres do Coletivo Raízes da Terra envolvidas diretamente no trabalho da horta medicinal

(continua)

NOME	IDADE	ORIGEM	TEMPO DE MOVIMENTO E DE COLETIVO R.T.	ESCOLARIDADE	ACAMPADA OU ASSENTADA ONDE?	FUNÇÕES	DATA ENTREVISTA
Dona Ricarda	71 anos	São Bernardo do Campo (SP)	Está desde a criação do coletivo	Ensino Médio	Assentamento Nova Conquista II	Aposentada; Coletivo de mulheres; Direção regional do MST; Setor educação; Diretoria da cooperativa Camponesa; Presidenta do sindicato dos agricultores familiares	11 de novembro de 2021

Tabela 1. Tabela do perfil das mulheres do Coletivo Raízes da Terra envolvidas diretamente no trabalho da horta medicinal

(continua)

NOME	IDADE	ORIGEM	TEMPO DE MOVIMENTO E DE COLETIVO R.T.	ESCOLARIDADE	ACAMPADA OU ASSENTADA ONDE?	FUNÇÕES	DATA ENTREVISTA
Obed	53 anos	Teófilo Otoni (MG)	7 anos assentada no Conquista do Sul, 10 anos no coletivo Raízes da Terra e 15 anos de movimento	Fundamental	Assentamento Nova Conquista II	Mãe de dez filhos; Coletivo de mulheres; Setor de saúde; Coordenação da horta medicinal Trabalhadora rural	15 de novembro de 2021
Débora	38 anos	Teófilo Otoni (MG)	7anos de MST, 11 anos de coletivo de mulheres raízes da terra	Ensino Médio Completo	Assentamento Nova Conquista II	Setor de saúde estadual, agente em cidadania em direitos humanos assalariada	15 de novembro de 2021
Diná	54 anos	Acre	10 anos de movimento. 2 anos no coletivo	Fundamental Incompleto	Acampamento Irmã Dorothy	Coletivo de mulheres e dona de casa	17 de novembro de 2021
Kallen Kátia da Cruz Oliveira	30 anos	Nasceu em Belo Horizonte mas foi criada na zona rural da cidade Pedras de Maria da Cruz, Norte de Minas Gerais	3 anos de MST, 1 ano de Coletivo.	Engenheira Agrônoma e mestranda em desenvolvimento territorial	Acampamento Rosa Luxemburgo	Atualmente está na executiva do Setor de produção, com atuação na certificação orgânica, Coletivo de mulheres e coletivo das cestas agroecológicas.	2 de dezembro de 2021
Geane	20 anos	Pararique- raçu (SP)	16 anos no MST e 2 anos no coletivo	Técnica de administração em cooperativismo	Assentamento Nova Conquista II	Coletivo de mulheres; Coordena a "casinha" dos fitoterápicos; Mãe; Trabalho na horta e criação de animais.	16 de novembro de 2021
Dirce	51 anos	Paraná. Origem urbana	7 anos no QCG e 2 anos no Coletivo.	Fundamental Incompleto	Acampamento Rosa Luxemburgo	Dona de casa; Coletivo de mulheres Raízes da Terra.	17 de novembro de 2021

Tabela 1. Tabela do perfil das mulheres do Coletivo Raízes da Terra envolvidas diretamente no trabalho da horta medicinal

(conclusão)

NOME	IDADE	ORIGEM	TEMPO DE MOVIMENTO E DE COLETIVO R.T.	ESCOLARIDADE	ACAMPADA OU ASSENTADA ONDE?	FUNÇÕES	DATA ENTREVISTA
Elaine (Naná)	38 anos	Belo Horizonte	1 ano e meio no QCG. 6 anos de militância. "Me reencontrei no movimento"	Fundamental Incompleto	Acampamento Rosa Luxemburgo	Vive da renda que tira da horta. Recebe auxílio da Vale pois foi atingida pela mineração. Manda dinheiro para os filhos que vivem com o pai.	18 de novembro de 2021
Lúcia	67 anos	Pernambuco	9 anos no QCG, 4 no coletivo	Fundamental Incompleto	Acampamento Irmã Doroty	Aposentada.	16 de novembro de 2021

Fonte: Autora, 2022

A realização do grupo focal aconteceu em fevereiro de 2021 no espaço da horta coletiva, durante o descanso de um dia de trabalho, com sete mulheres: Elaine (Nana), Lucia, Consolação, Geane, Diná e Obed. Antes de iniciar a conversa, me apresentei e contei sobre a minha pesquisa. Como já mencionei anteriormente, fui muito bem acolhida pelas mulheres e a fala de Naná demonstra a confiança estabelecida:

é bom que vocês venham e conheçam a realidade da nossa história, porque lá fora a mídia mostra uma mentira sobre nós [...], mas é importante a visita de vocês para nós, que mostre nossa realidade, nosso trabalho⁵.

⁵ Fala de Naná durante grupo focal.

As entrevistas individuais⁶ foram realizadas durante o trabalho de campo de novembro de 2021, todas elas nos espaços privados de suas casas, onde pude estar mais próxima e conhecer seus lotes e hortas. Em dezembro, fiz a última entrevista com Kallen por videoconferência. Foi decidido, junto das mulheres que participaram da pesquisa, que seus nomes reais e apelidos seriam utilizados. Esta decisão diz respeito à importância de evidenciar e registrar suas trajetórias.

Figura 6. Entrevista de grupo focal com as mulheres do Coletivo Raízes da Terra



Fonte: Arquivo pessoal, 2021

Carlos Brandão (2007) sugere que o pesquisador não entre diretamente numa relação de pesquisa ao pisar pela primeira vez no campo e recomenda passar um tempo de “contaminação” com o local. Isso não apenas para não “invadir o mundo das pessoas com uma atitude imediata de pesquisa, como também não [...] deixar se levar de imediato sem um trabalho de coleta de dados” (2007, p. 13). Ele ainda complementa que “é muito enriquecedor viver um tempo de puro contato pessoal, se possível, até de uma afetiva intimidade com os bares, as casas, as pessoas, os bichos, os rios e assim por diante” (Ibidem).

⁶ O roteiro das perguntas semiestruturadas está nos anexos.

Conviver, espreitar dentro daquele contexto o que eu chamaria o primeiro nível do sentir, sentir como é que o lugar é, como é que as pessoas são, como é que eu me deixo envolver. Isso é muito bom, porque faz com que a gente entre pela porta da frente e entre devagar. E, por outro lado, é bom também porque essa lenta entrada, eu diria essa mineira entrada, não tem aquela característica de um trabalho invasor em que as pessoas se sentem de repente visitadas por um sujeito que mal chegou ao lugar, saltou do carro e começou a aplicar um questionário. (BRANDÃO, 2007, p. 14)

Como tive que reduzir meu tempo em campo, tive que pensar em estratégias para dar conta do projeto inicial. O projeto, de início, era acompanhar as mulheres nos dias de trabalho na horta, porém, como elas se encontram apenas uma vez por semana, percebi que esses espaços não seriam suficientes. Sendo assim, não serão observados apenas o trabalho dentro da horta coletiva, até mesmo porque o objetivo é voltar o olhar para a dinâmica de cuidado das mulheres, que acontece não somente na horta, mas no cotidiano da vida. Abaixo está a tabela que enumera os diferentes momentos de coleta de dados.

Tabela 2. Momentos de coleta de dados

(continua)

Trabalho de campo (Quilombo Campo Grande)	
09 a 13 de set. de 2020	<p>11/09 – Reunião de planejamento do projeto de Farmácia Viva. Estavam presentes algumas mulheres do coletivo e alguns professores do curso da farmácia da Unifal-MG</p> <p>12/09 – Reunião interna do coletivo com a presença de Maysa (técnica agrônoma e militante do MST) após visita dos professores do curso de farmácia</p>
26 de nov. de 2020	<p>Reunião remota sobre o projeto de farmácia viva/verde. Estavam presentes os professores coordenadores do projeto, a técnica agrônoma e a coordenadora do coletivo Raízes da Terra</p>

Tabela 3. Momentos de coleta de dados

(conclusão)

15 dez. de 2020	<p>Trabalho de campo (Quilombo Campo Grande)</p> <p>Oficina do projeto da Farmácia viva</p>
17 a 27 de fev. de 2021	<p>Trabalho de campo (Quilombo Campo Grande)</p> <p>19/02 – Formação para o Coletivo de mulheres: II Módulo da oficina sobre Economia Feminista</p> <p>Aplicação de questionário para atualização e diagnóstico das comunidades do Quilombo Campo Grande com o auxílio do NETASA</p> <p>Acompanhamento do trabalho na horta</p> <p>Entrevista de grupo focal com 7 mulheres do Coletivo Raízes da Terra</p>
31 de mai. de 2021	<p>Participação na aula do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), na disciplina de Questão agrária e soberania alimentar. Discussão sobre Feminismo Camponês e Popular com a participação de Mahara e Débora (Raízes da Terra)</p>
Novembro de 2021	<p>Trabalho de campo (Quilombo Campo Grande)</p> <p>Entrevistas individuais</p> <p>Coleta dos termos de livre consentimento</p> <p>Mutirão de Agrofloresta</p> <p>Acompanhamento do trabalho na horta</p> <p>Acompanhamento de reuniões: Reunião interna do Coletivo; Reunião para organização do mutirão de Agrofloresta; Reunião para a construção do projeto de farmácia viva; Reunião de organização de místicas.</p>

Fonte: Autora, 2022

Os dados coletados nestes diferentes momentos foram registrados por gravação de áudio, fotografias e/ou anotações no diário de campo. Enfatizo que as coletas e entrada nos espaços só foram possíveis graças à coordenação do Movimento que me ofereceu todo suporte necessário para circular dentro dos acampamentos e assentamentos. Para a realização das entrevistas e uso de nomes e imagens, foi redigido um Termo de Live Consentimento do qual foi assinado por todas as pessoas envolvidas na pesquisa, sendo, portanto, autorizado o uso de todo material para esta pesquisa⁷.

De acordo com Brandão (2007, p. 12), “o trabalho de campo é uma vivência [...], é um estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento [...] com uma dimensão muito intensa de subjetividade”, que possui uma dimensão social e afetiva que marca não só a realização da pesquisa, mas também o material produzido.

Embora o trabalho de campo, numa perspectiva de observação participante, passe pela relação interpessoal e pelo domínio da subjetividade, não quer dizer que seja um trabalho espontâneo, pelo contrário, essas mesmas características fazem parte de um método de trabalho onde o envolvimento pessoal do pesquisador com as pessoas e com o contexto da pesquisa passam a ser dados do próprio trabalho científico (BRANDÃO, 2007).

Assim, este trabalho é uma observação participante empregado no duplo sentido. Primeiramente porque foi feito estando pessoalmente no lugar, participando da rotina das pessoas e, como não pôde estar o tempo planejado em campo, mantendo o contato com os sujeitos ainda de modo remoto. E segundo, porque houve o envolvimento pessoal e afetivo, contribuí com o trabalho na horta, participei de oficinas e reuniões junto das mulheres, frequentei casas, comi da mesma comida, assumi tarefas, fiz a ciranda, ajudei a apagar incêndios etc.

Para Brandão (2007, p. 20), a observação participante é:

[...] esse conviver mais livre, mais pessoal, com a situação que implica um envolvimento pessoal e implica um participar de momentos, de uma discussão com as pessoas que conversam no sindicato; ou participar de uma dança; ou participar de um ritual religioso; ou

⁷ O termo de livre consentimento consta-se nos apêndices.

participar de um trabalho. Outra coisa é a entrevista que produz dado. (BRANDÃO, 2007, p. 20)

Para além do trabalho de campo, minha participação no NETASA (Núcleo de Estudos Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar), as relações com as pessoas que vivem no Quilombo Campo Grande e as atividades das quais faço parte, contribuíram para a coleta de dados e para compartilhar um pouco mais da realidade cotidiana das pessoas. Nesse sentido, minha presença nas tarefas das cestas agroecológicas, nas oficinas promovidas pelo curso de farmácia da UNIFAL, na organização das Jornadas Universitárias da Reforma Agrária e nos demais espaços facilitados pelo Núcleo de estudos, fizeram parte das estratégias de coleta de dados.

Muitos dos dados obtidos não vieram de entrevistas, mas da observação que eu fazia enquanto participava dos espaços e vivências citados, das perguntas que eu fazia durante as atividades e do meu envolvimento noutros espaços, como por exemplo no meu trabalho voluntário de comunicação nas redes sociais do Grupo de Consumo das Cestas do Quilombo Campo Grande⁸.

O quadro teórico desta pesquisa é composto por algumas teorias feministas, sendo elas o ecofeminismo, a economia feminista e o feminismo camponês popular.

O Ecofeminismo é um conjunto de teoria e prática que articula as categorias de gênero e natureza. A articulação entre essas categorias, a partir da explicação das ecofeministas, se dá porque as “diferentes formas de dominação, exploração e opressão estão interconectadas, de modo a reforçá-las mutuamente. No sistema capitalista e patriarcal, essa relação se dá entre as minorias políticas de forma estrutural e estruturante” (ROSENDO; KUHNEN, 2021, p. 18). Sendo assim, o ecofeminismo pode oferecer alguns parâmetros para pensar a interseccionalidade para além da dominação de grupos humanos, incluindo também a exploração dos humanos com outras formas de vida, neste caso, a natureza e seus recursos.

Além de representar um aspecto interdisciplinar, a teoria dos ecofeminismos permite ser desenvolvida em conjunto com o Feminismo Camponês Popular, que é

⁸ O Grupo de consumo refere-se a um grupo de comercialização dos produtos do Quilombo Campo Grande para as cidades do entorno via *Whatsapp* e *Instagram*.

uma corrente nova e ainda em estado de elaboração pelas mulheres dos movimentos camponês, e com a Economia Feminista. A Economia feminista é uma abordagem teórica embasada geralmente no método materialista dialético que compreende a economia fora de seu lugar convencional, pois compreende o trabalho reprodutivo dentro da esfera econômica. Essas duas últimas teorias citadas são frequentemente discutidas dentro dos espaços de formação do MST.

A escolha por esse conjunto de referenciais decorre de suas complementariedades, isto é, por suas características interdisciplinares e por não se restringem ao conhecimento teórico/acadêmico, pois muito de suas construções partem da prática dos próprios sujeitos. Essas teorias refletem diferentes posturas feministas e compreensões diversas da condição e da solução dos problemas de gênero e ambientais.

Rosendo e Kuhnen (2021), em relação aos ecofeminismos, indicam que:

A práxis, entendida como a relação dialética entre pensamento e ação, é uma característica fundamental dos ecofeminismos. Teoria e prática se integram mutuamente de modo a compreender e sistematizar, a partir de ferramentas conceituais e metodológicas, tanto a relação entre as diferentes formas de opressão quanto as experiências das mulheres que revelam modos não hierárquico-dualistas e não exploratórios de estabelecer as relações sociais, ambientais e interespecies. (ROSENDO; KUHNEN, 2021, p. 16)

Podemos dizer o mesmo para as demais teorias citadas. O feminismo camponês popular e a economia feminista também são construídos por meio dessa relação dialética entre teoria e prática e são complementares. Além disso, essas teorias estão imbricadas na própria realidade dos sujeitos desta pesquisa.

A complexidade do tema e objeto de estudo requer o exercício interdisciplinar. Segundo Júnior e Verdi (2015, p. 13):

A complexidade da realidade reafirma a necessidade de implementação de estudos e práticas interdisciplinares, construídas em processos coletivos e estabelecidas entre técnicas, abordagens e

metodologias cada vez mais em conexão. (JÚNIOR; VERDI, 2015, p. 13)

A interdisciplinaridade buscaria a articulação entre várias disciplinas em que o foco e o objeto não encontram uma resposta somente em uma área (JÚNIOR; VERDI, 2015, p. 6), que é o caso da pesquisa em questão.

Por fim, entendo que o tema ultrapassa barreiras, atinge dimensões sociais, ambientais, ecológicas, filosóficas e de saúde, mesmo que não serão todas trabalhadas nessa pesquisa, embora contribua para uma agenda futura e ampla de pesquisa.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho está organizado em três capítulos: **“Histórias e lutas do Quilombo Campo Grande (MST)”**; **“Dando nome às coisas: da reprodução social à ética do cuidado”**; **“Coletivo de mulheres raízes da terra: deslocando os sentidos do cuidado”**, além da introdução e da conclusão.

O primeiro capítulo, **“Histórias e lutas do Quilombo Campo Grande (MST)”**, inicia-se com a problemática referente ao desenvolvimento agrário nas décadas de 1950, a partir de uma interpretação marxista. Em seguida tenho o objetivo de traçar os principais pontos da trajetória do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais sem Terra, apontando aspectos que culminaram em sua formação e suas estratégias de luta pela terra. A próxima seção trata sobre a inserção de gênero dentro dos debates e políticas do MST. E a última, a história do Quilombo Campo Grande.

O segundo capítulo **“Dando nome às coisas: da reprodução social à ética do cuidado”** apresenta uma breve explanação teórica das categorias que envolvem a pesquisa. Parte-se da compreensão da categoria de trabalho reprodutivo, discute-se sobre a divisão sexual do trabalho, a partir da economia feminista, até chegar ao conceito de sustentabilidade da vida, ética do cuidado e a agroecologia.

E, finalmente, no terceiro capítulo “**Coletivo de mulheres raízes da terra: Deslocando os sentidos do cuidado**”, eu apresento o resultado da pesquisa. Isto é, as expressões do cuidado envolvidas no trabalho das mulheres do Coletivo Raízes da Terra por meio de quatro blocos analíticos: a rotina do trabalho na horta; agroecologia; saberes tradicionais e o trabalho coletivo.

CAPÍTULO 1. HISTÓRIAS E LUTAS DO QUILOMBO CAMPO GRANDE (MST)

1.1. DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA À LUTA PELA TERRA

A princípio, evocar a história do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra é evocar toda a história da luta de classes e da luta pelo acesso à terra em um país agrário extremamente desigual desde sua formação⁹. Porém, para fins de execução deste trabalho, me limitarei ao recorte histórico que abrange as décadas de 1950 a 1990, momento em que se colocou em andamento o projeto de desenvolvimento e modernização agrária no país. Este período foi marcado pela intensificação tecnológica como parte das estratégias do Estado brasileiro para o aumento da produtividade no campo e como meio de agregar o país às economias capitalistas industrializadas (CARDONA et al., 2016).

O desenvolvimento do modo de produção capitalista, a partir deste período, impactou de várias formas o campo brasileiro. Sob o regime militar e a influência dos países centrais, o capital provocou transformações profundas no meio rural e intensificou os conflitos pela terra. Por volta das décadas de 1970 e 1980, o Estado brasileiro ofereceu crédito e terra às oligarquias rurais, além disso, deu-se a entrada do capital financeiro no país, estes fatores contribuíram para a concentração de terras e a consequente ampliação da desigualdade social (AMARAL, 2018).

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a partir do Feminismo Camponês Popular, evidencia que este processo de “modernização” agrário brasileiro está “ancorado em um processo de integração subordinada do sistema de produção e distribuição de mercadorias agrícolas brasileiras no processo de acumulação de capital em nível global/mundial, principalmente nos países centrais” (LIMA; PEREIRA, 2020, p. 88).

⁹ Para aprofundar, ver: PALMEIRA, M. (1989). **Modernização, estado e questão agrária**. Revista de Estudos Avançados, São Paulo: USP, v.3, n.7, p.87-108; DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas: UNICAMP, 1985. 240 p.; SCHNEIDER, S. **Ciências sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento**. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 4, n. 7, p. 24-62, fev. 2009; GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica a moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982

Em nome do progresso e do desenvolvimento do país, foi colocado em curso um

[...] pacote tecnológico que resultou na industrialização da agricultura brasileira e, conseqüentemente, no aumento da produção agropecuária, no aumento da exploração da mais-valia social e concentração do capital em suas várias frações, sobretudo a comercial, a agroindustrial, a industrial, a financeira e o fundiário. (GONÇALVES, 2008, p. 18)

Este pacote tecnológico, difundido por recursos de fundos públicos, privados e de agências de desenvolvimento, ficou conhecido como “Revolução verde” e

[...] constituiu uma nova compreensão de agricultura, baseada no modelo capitalista ocidental, que gradualmente foi se universalizando [...] que ocasionou perda da relativa autonomia que a agricultura experimentara até então, além da mercantilização gradativa da vida social. (CARDONA et al., 2016, p. 109)

Por meio do tripé semente, veneno e máquinas pesadas, as corporações agroindustriais, com a facilitação do Estado, consolidaram uma estrutura de poder e dominação no meio rural. O resultado foi um enorme prejuízo social e ao meio ambiente, causado pela intensificação da mercantilização do campo, da moto-mecanização agrícola, do uso de insumos tóxicos, do “melhoramento” genético de plantas e sementes e da legitimação do discurso do agronegócio (MST, 1995; NOVAES, 2017).

Este processo de modernização tecnológica agrária, recebeu críticas de intelectuais do mundo inteiro, José Graziano da Silva chamou de “modernização dolorosa” (FERNANDES, 1999). Vandana Shiva (2012) ponderou que:

[...] se tratava basicamente de uma forma para introduzir as monoculturas¹⁰ e acabar com a diversidade. Também estava ligado à introdução do controle centralizado da agricultura e à erosão da tomada de decisões descentralizadas a respeito da organização das

¹⁰ “[...] A uniformidade e a diversidade não são apenas maneiras de usar a terra, são maneiras de pensar e de viver” (SHIVA, 2012, p. 16). Vandana Shiva chama de monocultura inclusive o modelo cognitivo ocidental, que por meio de estratégias coloniais acaba com a diversidade de alimentos, mas igualmente com a diversidade social e cultural.

safras. A uniformidade e a centralização levaram à vulnerabilidade e ao colapso social. (SHIVA, 2012, p. 16)

Para Vandana Shiva (1990 apud MURACA, 2018), a ideologia desenvolvimentista da Revolução Verde pode ser considerada como uma expressão de colonialidade do saber. Trata-se de uma ideologia que marginalizou os saberes dos camponeses, em especial das mulheres e dos povos indígenas, em nome do único conhecimento considerado válido: o saber científico-empresarial ocidental, e que modificou profundamente:

[...] o original significado da agricultura, de atividade que operava uma atenta salvaguarda do capital natural dos terrenos férteis e dava à sociedade comida e alimento [...] numa atividade dedicada prevalentemente à produção de produtos agrícolas para o lucro. (SHIVA, 1990, p.123 apud MURACA, 2018, p. 86)

Sendo assim, a mecanização da agricultura e a conversão para uma lógica mercadológica na produção de alimentos, substituiu o uso intensivo da mão de obra, excluindo um enorme contingente de pessoas do campo. Camponeses e camponesas foram obrigados a deixarem seus pedaços de terra para “inchar” as periferias das cidades e deixar livres os espaços para a monocultura de *commodities* para exportação (LIMA; PEREIRA, 2020). Parte dos pequenos grupos de agricultura familiar que conseguiram se manter no campo foram obrigados a se renderem a especialização ou a monocultura (MATZEMBACHER; MEIRA, 2020).

Com a saída das famílias camponesas de suas terras, a agricultura deixou de ser arte, para se tornar moeda de troca nos mercados internacionais. Por exemplo, a terra, a água, entre outros se tornaram mercadorias, as matas nativas e animais silvestres empecilhos para o desenvolvimento e a diversidade foi substituída por desertos verdes. (LIMA; PEREIRA, 2020, p. 88)

Melhor dizendo, no desenrolar dos fatos tanto as pessoas quanto a natureza passaram a ser mercadorias. A agricultura passou a ser substituída pelo termo agronegócio, que está ligado a ideia de monocultivo para exportação. Sendo assim, a atividade milenar de produção de alimentos necessários para a existência passou a

ser reduzida a uma atividade econômica para a produção de *commodities* para o mercado mundial (LIMA; PEREIRA, 2020).

Conforme Clara Regina Medeiros de Lima e Glaciane Vareiro Pereira (2020, p.90):

[...] este modelo de agricultura é perverso porque se caracteriza no lucro a qualquer custo e acima da vida. Desta forma, expande e se consolida pela invasão de territórios e destruição de florestas e matas nativas. Intensifica a expulsão dos (as) camponeses (as), quilombolas e indígenas de suas terras. Está acabando com a biodiversidade e implantando uma monocultura à base de fertilizantes sintéticos, sementes transgênicas e uma grande quantidade de agrotóxicos.

Entretanto, contraditoriamente, neste mesmo contexto emergiram diversos movimentos sociais que questionaram o modelo civilizatório baseado nestes processos tecnológicos e na exploração de recursos naturais¹¹. Paralelamente, grupos de camponeses e camponesas decidiram “tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra” (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 17). E foi por meio desse aspecto conjuntural, entre outros, que surgiu a base social que gerou no início da década de 1980 o maior movimento social de luta pela terra da América Latina, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-terra (MST). Com “uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida compulsória para a cidade como solução para os seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vivem” (STEDILE; FERNANDES, 1999, p.17).

1.2 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS SEM TERRA

Portanto, conforme mencionado na sessão anterior, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra surgiu devido a um conjunto de fatores oriundos de condições objetivas do desenvolvimento agrário e capitalista. O movimento surgiu no sul do Brasil, devido à forte presença de camponeses na região,

¹¹ O Ecofeminismo, corrente de pensamento feminista, por exemplo, surgiu neste contexto de crítica aos modelos econômicos articulando as relações de gênero.

e, sequeamente, em vários outros estados. Os camponeses que perderam suas terras ou que não conseguiram mais produzir materialmente e se reproduzir socialmente nas mesmas, passaram a se organizar e resistir, pois, acreditavam que somente a luta organizada poderia devolver a dignidade às pessoas. Devido a “vocação pela terra” (STEDILE; FERNANDES, 1999), se negavam a migrar para as cidades ou ocupar as fronteiras agrícolas, queriam permanecer em seus estados de origem como agricultores e agricultoras.

Além do contexto socioeconômico pelo qual o país passava neste período, materializado pela modernização agrícola e nas políticas de desenvolvimento, houve mais dois aspectos que contribuíram para a gênese do movimento. Um desses aspectos, que se refere a dimensão ideológica, foi o papel da igreja católica e luterana, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Iniciado em Goiânia no ano de 1975, a CPT representou um importante avanço ideológico e contribuiu para a reorganização das lutas camponesas. O segundo fator diz respeito a situação política brasileira da época, isto é, o processo de redemocratização pelo qual o país passava pós ditadura civil-militar. O MST só se constituiu como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta, conectado às greves operárias, de 78 e 79, e à luta pela redemocratização da sociedade (STEDILE; FERNANDES, 1999). Além disso, pode-se considerar também a organização das mulheres camponesas em diversas esferas de luta nacional¹².

A luta pela terra, defendida e protagonizada pelo MST, se organiza em ocupações de terras que não cumpram sua função social, apontando então a necessidade de se vincular tais terras à reforma agrária. Ao se identificar uma terra que esteja nessas condições, os trabalhadores e trabalhadoras rurais ocupam requerendo do Estado a desapropriação da terra. A organização dos trabalhadores no Movimento se dá mesmo antes da ocupação e durante todo o processo de resistência em que são estabelecidos os trâmites para a desapropriação, eles seguem organizados em núcleos de famílias, com coordenações, setores, sendo um espaço horizontalizado, com divisão de tarefas e uma direção coletiva nos acampamentos e assentamentos. (BRANT; CAPUCHINHO, 2019, p. 165)

¹² Para acessar essa discussão, consultar: LORENZONI, Carmem; SEIBERT, Iridiani Gracieli; COLLET, Zenaide. Movimento de Mulheres Camponesas: Veredas de muitas histórias. In: MEZADRI, Adriana Maria et al (org.). **Feminismo Camponês Popular: Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Outras expressões, 2020, p.13-32.

O MST é, antes de tudo, uma luta política que almeja a reforma agrária popular e a transformação geral da sociedade baseada na produção capitalista. As lutas do MST vão muito além da luta pela terra, posto que somente a conquista da terra não garante a permanência dos trabalhadores e trabalhadoras no campo em condições dignas (STEDILE; FERNANDES, 1999; SANTOS, 2015; AMARAL, 2018; COCA et al, 2020).

Em 2014, durante o VI Congresso Nacional do MST, foi firmado nacionalmente o Programa de Reforma Agrária Popular, que representa tanto o percurso do movimento, quanto os desafios atuais e o compromisso com a transformação social. Este programa diz respeito à maneira com que o MST compreende hoje o projeto de reforma agrária popular. Em vista disso:

O Programa Agrário Popular, busca mudanças estruturais na forma de usar os bens da natureza, que pertencem a toda sociedade, na organização da produção e nas relações sociais do campo traçando discussões sobre terra, bens da natureza, sementes, produção, energia, educação, cultura, direitos sociais e condições de vida para todos e dessa forma contribuir de maneira permanente na construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna. (MST, 2020, n.p.)

A reforma agrária popular implica no enfrentamento ao capital e na defesa de um projeto agroecológico que se opõe ao modelo de desenvolvimento agrário pautado na racionalidade do agronegócio. Este projeto perpassa pela construção de novas relações humanas, sociais e de gênero (MST, 2014). Neste sentido, Kallen, uma das mulheres organizadas no coletivo Raízes da Terra, relata que:

[...] a gente tem a discussão da agroecologia há muitos anos dentro do movimento, porém só em 2014 no congresso é que se bate o martelo de que não adianta ocupar as terras e produzir qualquer tipo de alimento [...]. A gente tem que ocupar a terra e produzir alimentos de verdade, alimentos saudáveis, limpos, justos. Então, a partir de 2014, que há essa batida de martelo: "ok, a nossa matriz produtiva é de base agroecológica". E aí ela cresce, vem dentro dessa discussão de reforma agrária popular, que é a reforma agrária [...] feita pelo povo e para o povo. Aqui no Brasil [...] a gente não tem caso nenhum, de governo nenhum... Inclusive, o governo que tentou fazer isso, [...]

*quando sai a proposta nas margens da rodovia 381, que seria transformado tudo em reforma agrária [...] foi declarado golpe militar.*¹³

“Como a luta do MST não se resume à conquista da terra, mas a condições dignas de permanecer no campo, a novas formas de se produzir e é uma luta anticapitalista, são vários os motivos para se continuar na luta” (AMARAL, 2018, p. 15). Neste sentido, várias estratégias foram construídas para garantir a continuidade da organização e mobilização dos(as) sem-terra. Uma delas, e apontada por Coca et al. (2020), é a oferta de alimentos frescos, nutritivos e saudáveis para a população dos centros urbanos que compõem o maior mercado consumidor¹⁴. Assim, a territorialidade vai além da ação de conquista da terra, sendo expressa também no jeito de produzir e de viver dos(as) camponeses(as). Conforme nos informa Kallen,

*[...] o MST perpassa a luta pela terra, ele está sempre na linha de frente na luta pelo país, por um país mais democrático, mais justo, contra a exploração da mineração, do agronegócio, contra o latifúndio, da exploração a água, principalmente, dos recursos naturais [...]*¹⁵.

A luta do MST, portanto, perpassa distintas esferas. Uma dessas esferas, e que merece nossa atenção aqui, se refere certamente ao lugar da mulher e suas demandas específicas, que também aparece como fundamental para a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas e acampadas.

1.3 “SEM A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES A LUTA FICA PELA METADE”

Como apresentei na seção anterior, a luta do MST não se encerra na conquista da terra, mas na busca pela transformação da sociedade como um todo. O movimento

¹³ Entrevista concedida em novembro de 2020.

¹⁴ Uma das formas de ofertar os produtos é por meio das Cestas Agroecológicas que alguns assentamentos e acampamentos têm organizado, principalmente durante a pandemia do Covid-19. No caso do Quilombo Campo Grande, é disponibilizado às segundas-feiras um formulário com todos os produtos disponíveis (agroecológicos e de diferentes produtores) por meio de redes sociais e grupos de *whatsapp*, o consumidor faz o pedido até a quarta-feira, e recebe os produtos em casa (ou no ponto fixo combinado) nas sextas-feiras. Este tem sido um dos principais meios de comercialização desde o início da pandemia.

¹⁵ Entrevista concedida em novembro de 2020.

entende que é necessário construir “novas relações de poder, novas relações com o meio ambiente, novas relações econômicas baseadas em novos valores” (MST, 1999, p. 11). Essas construções devem passar, necessariamente, pelas questões de gênero.

Importante enfatizar que a luta das mulheres do MST se conecta a um contexto mais amplo de lutas de mulheres camponesas em diversos outros espaços e movimentos¹⁶. Se hoje o MST expressa diversas experiências de organização e conquista de autonomia política das mulheres camponesas isto se deve, sobretudo, a conquistas de muitas outras mulheres que vieram antes.

O final da década de 1970 foi marcado pelo início de um processo de lutas de massa contra a ditadura e a redemocratização do país e, embora as mulheres participassem amplamente deste processo, elas viviam no anonimato. A partir deste anonimato e invisibilidade, as mulheres passaram a questionar sobre as próprias realidades e a perceberem a necessidade em se organizarem. Percebiam que embora assumissem grande quantidade de trabalho, raramente assumiam espaços de decisão na comunidade. Na medida que passaram a se organizar, foram questionando o papel que a mulher ocupa na sociedade patriarcal e dando outros significados para os espaços em que atuavam (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

Conforme as autoras Carmem Lorenzoni, Iridiani Gracieli Seibert e Zenaide Collet (2020, p. 15) enfatizam, “[...] os espaços de participação, as oportunidades de formação que tivemos, muito contribuíram para que fôssemos despertando e tomando consciência da realidade. Em cada região do Brasil, as mulheres camponesas, à sua maneira, foram despertando”.

Como exemplo, elas citam o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural (MMTR/Bahia) que possui registros datados do ano de 1982 em que relatam a luta pela participação sindical, na luta por saúde e direitos das mulheres camponesas e contra a grilagem de terras. Assim como as mulheres de Santa Catarina e do norte do Rio Grande do Sul, que defendia que um Movimento autêntico é aquele que defende

¹⁶ Como é o caso do Movimento de Mulheres Camponesas, primeiro movimento autônomo de mulheres camponesas do Brasil criado há mais de 37 anos.

os interesses das mulheres agricultoras e em que as próprias deem a orientação e direção do movimento (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

O reconhecimento da importância da participação das mulheres passou a tomar conta dos debates do MST em 1980, após a construção da Comissão Nacional de Mulheres. Esta comissão reivindicava o apoio das lideranças estaduais para as organizações das mulheres dentro do movimento. Em 1986, conquistaram o direito de receber lotes com seus nomes nos assentamentos. E em 1988, a partir do 4º Encontro Nacional, a questão de gênero passou a ser uma das deliberações. No mesmo ano, foi garantida a participação mínima de 30% de mulheres em todas as delegações do Movimento (AMARAL, 2018).

O MST entende que a participação e a formação das mulheres são de fundamental importância para o avanço da luta pela terra, pela reforma agrária e para a transformação da sociedade (MST, 1999). Visando isso, em 1989 alguns parâmetros políticos foram criados a fim de garantir a maior participação das mulheres nos diversos espaços, sendo eles:

- 1- Que as mulheres, junto com os homens e jovens devem participar dos núcleos de base, das coordenações dos assentamentos, das cooperativas, do partido, do sindicato e diz mais: que na coordenação dos acampamentos e assentamentos seja 50% homens e 50% mulheres (ou seja, deve ter um coordenador e uma coordenadora);
- 2- Que no trabalho da produção (roça, leite, horta, suínos, agroindústria), as mulheres participem não só do trabalho, mas que se envolvam no planejamento, na execução, na administração, na distribuição dos resultados e na hora em que o técnico [do Incra] vem fazer explicação ou dar curso, também as mulheres estejam aí para aprender;
- 3- Que os cursos de formação não são só para homens e jovens, as mulheres devem buscar participar, pois só dirige quem sabe;
- 4- Que na luta pela terra, ocupação, acampamento, mobilizações, participa toda a família, portanto a conquista da terra é uma conquista da família, nada mais justo que quando o INCRA vem fazer o cadastro, este seja feito no nome dos dois. A mesma coisa podemos pensar dos financiamentos dos Projetos. É muito importante que os projetos de financiamento todos sejam discutidos por todos os membros das famílias que já trabalham e que o projeto seja assinado pela mulher e pelo homem. Pois na hora de pagar a dívida todos terão que se organizar;
- 5- Como educar nossas crianças –meninos e meninas – para que sejam pessoas mais felizes? Esta não é uma tarefa só da mãe, mas também do pai e da comunidade, e das lideranças e o exemplo é a nossa melhor escola. Estudar e conversar entre nós ajudará a encontrar os melhores caminhos para educar os filhos;

- 6- Como a mulher poderá participar da organização do MST, do assentamento, na produção, nos cursos, na Frente de Massas, na Cooperativa, quem ficará com as crianças? As cirandas infantis que poderemos criar serão uma das ferramentas para que a mulher possa participar mais do MST e das organizações dos trabalhadores. A ciranda infantil não é um luxo, mas uma necessidade para que as mulheres possam participar e um espaço para que as crianças possam formar a sua personalidade de forma criativa, com responsabilidade. Desde pequeno se tornar sujeitos de sua história, ficando mais próximos dos pais;
- 7- Que em todos os cursos, reuniões, seminários regionais, estaduais ou nacionais, o MST deve garantir a Ciranda Infantil;
- 8- Nos assentamentos e acampamentos é importante que se crie os coletivos de mulheres (jovens e adultas) onde elas se encontrem para estudar, discutir seus problemas e se preparar para participar das questões maiores do acampamento, assentamento e do MST;
- 9- É importante também irmos criando espaços onde se encontram mulheres e homens para discutir sobre as questões de gênero, sexualidade, afetividade, novas relações entre homens e mulheres. (MST, 1999, p. 47)

Essas diretrizes indicam a preocupação e a busca do movimento por estratégias que possam garantir a participação e representatividade das mulheres em todas as instâncias de organização. Mais do que estabelecer a paridade de gênero nas coordenações, constrói também soluções tangíveis para que as mulheres possam participar de modo efetivo dos espaços políticos, produtivos e pedagógicos, como por exemplo a Ciranda Infantil¹⁷.

Em 1995, foi realizado o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais e que resultou no lançamento, um ano depois, da primeira cartilha do “Coletivo Nacional de Mulheres”. Nesse mesmo ano, o Programa Agrário do MST estabeleceu que um dos objetivos gerais do MST seria o combate a todas as formas de discriminação e a busca por uma participação igualitária da mulher no movimento (Figura 6). Este ponto foi estabelecido diante do reconhecimento de que:

¹⁷ “[...] a Ciranda Infantil é um instrumento que viabiliza a participação das mulheres nas várias instâncias políticas e de formação do Movimento. Como sabemos, culturalmente, a responsabilidade de cuidar dos filhos recai, na maioria das vezes, sobre a mulher, o que muitas vezes impede a sua participação em várias atividades para as quais os homens estão liberados. Nesse sentido, a criação de um espaço de cuidado das crianças durante essas atividades, permite que as mulheres, assim como os homens, estejam liberadas para participarem das atividades do Movimento. Além disso, é necessário destacar, a Ciranda Infantil é um espaço de construção da identidade Sem Terra junto às crianças e de experiências de participação e organização coletiva delas desde pequenas, segundo os princípios organizativos e valores do MST” (AMARAL, 2018, p. 31).


Entre as pessoas que vivem no campo as que mais sofrem as péssimas condições de vida são, sem dúvida, as mulheres e as crianças. As mulheres realizam uma dupla jornada de trabalho, dedicando-se às atividades domésticas e ao trabalho na produção. A maioria não recebe nada pelo seu trabalho. Não participa das decisões da economia familiar. São as mulheres quem mais sofrem com a falta de atendimento de saúde para si e para seus filhos. Acrescido a isso encontra-se uma condição generalizada de preconceitos e discriminações pela prática do machismo no meio rural, que submete a mulher a uma condição inferior. (MST, 1995, p. 16)

Figura 7. Resumo dos objetivos do MST no Programa de Reforma Agrária de 1995

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

**Somos um movimento de massas de caráter sindical, popular e político.
Lutamos por terra, Reforma Agrária e Mudanças na Sociedade.**

<p>OBJETIVOS GERAIS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital; 2. A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade; 3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas; 4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; 5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais; 6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher. 	<p>PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Modificar a estrutura da propriedade da terra; 2. Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade; 3. Garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores; 4. Apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola; 5. Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, 	<p>buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude;</p> <ol style="list-style-type: none"> 6. Aplicar um programa especial de desenvolvimento para região do semi-árido; 7. Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável; 8. Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.
---	--	---



Secretaria Nacional - Rua Ministro Godoy, 1484 - São Paulo, SP - 05015-900 - Telefone: (011)984-8977 - Fax: (011)971-4619

Fonte: MST, 1995

Uma das formas encontradas para alcançar esses objetivos, foi a criação do Setor do Gênero, fruto de uma longa trajetória das mulheres sem-terra. Segundo Maísa Amaral (2018), o Setor de Gênero busca garantir a formação permanente de homens e mulheres e que estas alcancem de fato oportunidades iguais de participação como militantes e como dirigentes. Além do Setor de Gênero, o MST possui ainda o Setor de Educação, Setor de Saúde, Setor de Produção, Setor de Frente de Massa, entre outros.

Embora o MST busque a superação das relações capitalistas, ele mesmo, por estar inserido nessa sociedade, é determinado por ela e possui suas contradições. Da mesma forma, as mulheres que fazem parte do movimento também são influenciadas pelas relações mediadas pelo capital. Portanto, a formação e organização das mulheres é constante, no sentido de criar consciência para a luta contra as formas de exploração capitalista no campo, contra o agronegócio e contra as diversas formas de discriminação e violência contra as mulheres.

Em 1999 foi publicado um caderno de formação sobre a Mulher sem-terra. Esse caderno propõe a organização de 8 encontros em que se discute gênero, capitalismo, patriarcado, entre outros assuntos importantes para a conscientização das mulheres. Neste caderno, é constante a presença de diálogos sobre a luta de classes e sobre o lugar delas na sociedade. Explica-se que há o interesse da classe dominante de que as mulheres fiquem em casa e não participem dos espaços públicos, que não se valorizem, pois assim fica mais fácil dominar os trabalhadores. Quando as mulheres participam, a vida delas e da comunidade tende a melhorar. Passa-se a compreensão de que gênero é uma construção, e, portanto, pode ser transformada, assim como a sociedade (MST, 1999).

Neste caderno (MST, 1999, p. 14), as mulheres escreveram:

Não queremos ser vistas apenas como mães e esposas, ou simplesmente estar presentes nas ações. Queremos sim ocupar os espaços de decisões em todos os níveis na nossa organização e na sociedade que almejamos construir.

Em vista disso, as mulheres vêm construindo debates e lutas buscando a superação das questões que as afligem, buscando não apenas a maior participação nas esferas políticas e de decisão do MST, mas também a superação da divisão sexual do trabalho (AMARAL, 2018). Ademais, elas trazem a concepção da vida como elemento essencial do projeto popular que os sem-terra procuram construir. “A luta das mulheres organizadas em vários movimentos populares está revelando a necessidade de construir um novo país, com o Poder Popular [e com a participação das mulheres]” (MST, 1999, p. 41).

Cada região apresenta um potencial diferente da outra, assim como cada acampamento é diferente do outro. Mas dentro do Quilombo Campo Grande existe uma presença ativa muito forte das mulheres. Elas estão à frente da maioria dos setores e inclusive da coordenação estadual. Hoje são duas mulheres que ocupam a coordenação do QCG: Tuíra Tule e Débora.

Foram duas mulheres pela primeira vez, porque ao longo da história do Movimento, que já foi superado há muitos anos, acontecia de a coordenação ser [composta por] dois homens, e depois se estabeleceu que seria um homem e uma mulher. No Quilombo Campo Grande acontece essa revolução de ser duas mulheres que, empoderadas do processo de luta da reforma agrária, são acampadas há muitos anos e de muita luta. A Débora já passou por inúmeros despejos, então é diferente. No geral, na luta, as mulheres são as que puxam o carro. É a que estão na frente da produção, na luta de frente ao despejo, é que estão na luta de frente no dia de quebrar um cadeado, sabe, de manter a alimentação, de manter a saúde, de manter toda a organicidade do movimento. Sem as mulheres o movimento não avança. Mas no QCG, isso tem tomado um corpo diferente porque as mulheres são muito organizadas, e as mulheres estão à frente do seu tempo, na discussão política, na discussão histórica, na discussão do gênero, então é um exemplo para todo movimento, mas também para todo conjunto da sociedade¹⁸.

No entanto, nem sempre a realidade foi essa. Débora, em relato feito durante a aula para a disciplina de Questão Agrária do Programa de Pós-graduação em Geografia da Unifal, diz que foi necessário que elas ocupassem este espaço, pois ele nem sempre foi delas.

[...] há uns sete anos atrás, [quando] o coletivo de mulheres ainda estava se inserindo nos setores e nas coordenações, eu lembro que houve umas duas ou três reuniões da coordenação, onde as mulheres não foram convocadas. E aí a gente falou “vamos ocupar o espaço, porque a gente tem muito o que falar, a gente quer contribuir na construção dessa luta”, e a gente então ocupou o espaço. Nós mulheres... nós temos que ser assim, a gente tem muito a contribuir com a sociedade e nós vemos assim tendo ao longo dessa luta muitos estranhamentos.

Débora, inclusive, relatou de uma vez em que durante um curso para as mulheres, um homem foi atrás de sua esposa durante o espaço e tentou arrancá-la

¹⁸ Relato de Kallen em novembro de 2021

de lá, dizendo que não era lugar para ela estar e que não estava aprendendo nada que presta. Débora diz que as mulheres se juntaram, chamaram a polícia e a esconderam. Esse relato demonstra que as mulheres precisam estar atentas sempre para a luta e para conquistar seus espaços, autonomia e direitos.

E com isso a gente vem lutando de várias formas, desde fazendo conversas com companheiros que não entendem, colocando nosso ponto de vista, chamando para conhecer o que a gente discute, e tomando parte. E não é fácil. A gente vem quebrando barreiras que ao longo dessa vida não é fácil. É como se a gente quebrasse pedra com pedaço de pau. Não é fácil, mas também não é impossível¹⁹.

Então, o MST, por meio da auto-organização das mulheres, permite que elas reflitam sobre seus espaços e tome controle de suas próprias vidas. O relato de Kallen, mulher que passou a maior parte de sua trajetória vivendo no campo, demonstra que fazer parte do Movimento possibilita que as mulheres escrevam uma nova história para si mesmas:

Porque eu vim de uma família camponesa, mas por ser mulher eu tinha duas formas de seguir minha vida: ou se casar e seguir na terra, para poder seguir na terra. Ou estudar e ser obrigada e sair da terra.

Uma das mulheres do coletivo Raízes da Terra me contou que o movimento incentiva e constrói novas maneiras de se relacionar, como exemplo ela cita um dos princípios do MST que é o trabalho coletivo, um sistema que se opõe à lógica de mercado individualista. Segundo Amaral (2018, p.55),

À medida que o MST foi se expandindo, os desafios foram aumentando, especialmente nas áreas da produção, educação e na formação política e ideológica, exigindo do movimento capacidade operativa e criatividade para buscar soluções. Referente à produção nos assentamentos, o problema encontrava-se no desenvolvimento econômico das áreas conquistadas. A falta de assistência técnica, acesso ao crédito, infraestruturas básicas nos assentamentos e apoio à comercialização, entre outros, incidiu na inovação de diversas

¹⁹ Relato de Débora em maio de 2021.

experiências de cooperação agrícola, tais como: mutirão, associações, cooperativas, agroindústrias, etc. e mobilizações na perspectiva reivindicatória para o desenvolvimento social e econômico das famílias.

Em relação aos coletivos de auto-organização das mulheres, eles são decorrentes de uma longa luta. Estes coletivos são voltados para a produção e “representam a resistência das famílias trabalhadoras rurais no campo, além de potencializar também o papel destas mulheres na construção de uma nova perspectiva para as relações de produção e de gênero” (AMARAL, 2018, p. 17). Além do mais, tal modelo representa uma alternativa à forma convencional da agricultura capitalista e uma estratégia de luta, de resistência e de transformação para todo o movimento e uma estratégia de enfrentamento contra o machismo (AMARAL, 2018).

1.4 QUILOMBO CAMPO GRANDE

O Quilombo Campo Grande é um complexo de territórios do MST presente no Sul de Minas Gerais. O território é localizado nos municípios de Campo do Meio e Guapé. Em Campo do Meio (Figura 8), o Movimento possui 2 assentamentos: Primeiro do Sul e Nova Conquista II; e 11 acampamentos: Sidney Dias, Rosa Luxemburgo, Tiradentes, Girassol, Fome Zero, Chico Mendes, Betinho, Irmã Dorothy, Vitória da Conquista, Potreiro e Resistência (Tabela 3).

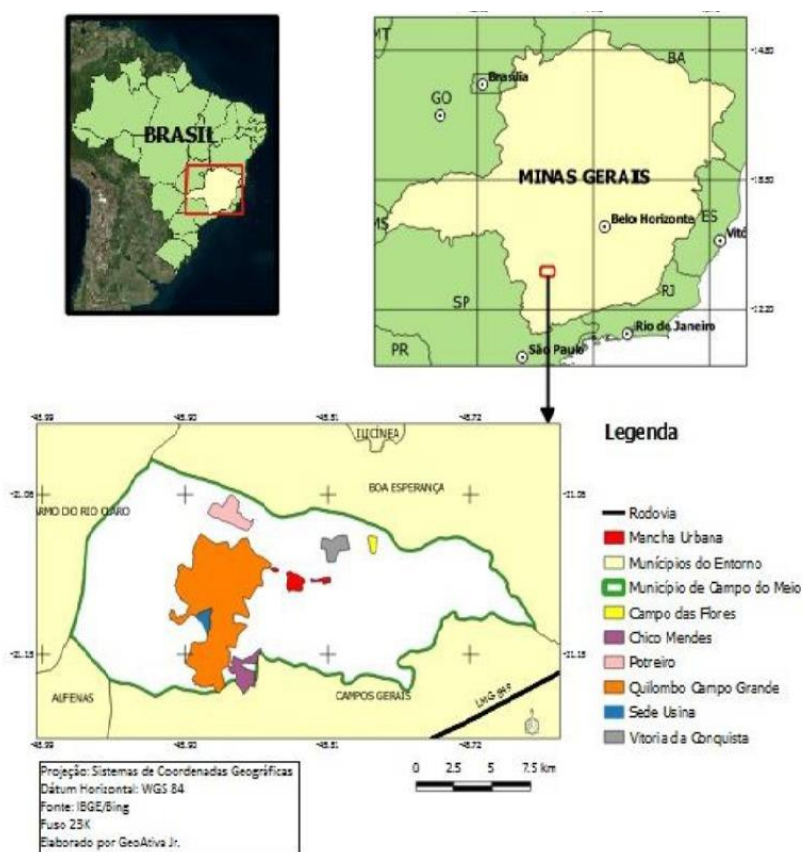
Juntos, esses acampamentos são denominados como Quilombo Campo Grande – uma alusão a um quilombo que ocupava parte das terras da região no século XIX se configurando como um dos maiores da história do Brasil – e compõem um dos principais pontos de tensão resultante da Questão Agrária em Minas Gerais. (COCA *et al.*, 2019, p. 177)

Este complexo se formou em 1997 na cidade de Campo do Meio-MG. Na época, estavam ocorrendo várias denúncias de exploração do trabalho no campo e o MST, junto de outros movimentos, foi contribuir na construção das greves. No desenrolar, foi formada uma base social que realizaria a primeira ocupação do MST na região, a

ocupação da antiga fazenda Jatobá, o atual Projeto de Assentamento Primeiro do Sul (BRANT; CAPUCHINHO, 2019).

Três anos depois, em 1999, se deu a ocupação das terras da antiga Usina Ariadnópolis²⁰. Essas terras pertenciam à massa falida da Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (CAPIA), antiga administradora da Usina de álcool e açúcar. Ela faliu nos anos 1990 e os funcionários, sem receber salários e direitos trabalhistas, acabaram permanecendo na terra (Repórter Brasil, 2018).

Figura 8. Localização do Quilombo Campo Grande em Campo do Meio-MG



Fonte: Empresa GeoAtiva

²⁰ Segundo Nathalia Brant e Michelle Capuchinho (2019), as áreas da antiga Usina possuía cerca de 4.970 hectares destinada à monocultura de cana-de-açúcar, o que gerava grande desgaste do solo e devastação ambiental.

Tabela 3. Acampamentos do complexo de áreas do Quilombo Campo Grande em Campo do Meio-MG

Comunidades	Área (ha)	Famílias	Área Média do Lote (ha)
Tiradentes	242	27	9
Coloninha	61	13	5
Resistência	160	43	4
Fome Zero	138	30	5
Girassol	166	45	4
Potreiro	297	63	5
Sidney Dias	672	78	9
Rosa Luxemburgo	439	76	6
Irmã Dorothy	180,2	13	14
Betinho	356	27	13
Chico Mendes	259	16	16
Vitória da Conquista	189	31	6
Total	3159,2	462	8

Fonte: Laudo Socioeconômico, 2018

De acordo com informações do jornal Brasil de Fato (2017), são aproximadamente 400 ex-trabalhadores(as) que processam a empresa na Justiça. A estimativa é que a empresa deve R\$ 8 milhões somente nestes processos²¹.

A exploração escravista e a dívida foram razões que motivaram os trabalhadores do MST a ocuparem a fazenda Ariadnópolis. Desde a década de 90 a usina já tinha baixado enormemente sua produção e estava listada como grande devedora e alvo de processos trabalhistas. Estima-se que a dívida da empresa seja de R\$ 300 milhões, enquanto seu patrimônio está estimado pelo governo estadual em R\$ 74 milhões. (Brasil de Fato, 2017, s.p.)

Segundo Moreira (2017, p. 221), a antiga Usina Ariadnópolis foi:

[...] palco de uma das maiores vergonhas da história do Brasil. Campo do Meio abrigou durante séculos um engenho que arrancou suor e sangue de milhares de trabalhadores camponeses. A Usina Ariadnópolis de açúcar e álcool foi responsável por uma fortíssima agressão ambiental, vilipendiou a dignidade de milhares de trabalhadores camponeses e promoveu um enorme calote aos cofres públicos.

²¹ Conforme valores atualizados em 2011.

Ainda hoje, 11 acampamentos vivem em situação de constante conflito²² à espera de serem reconhecidos enquanto área de reforma agrária. Ao longo de 15 anos de luta pela terra, as famílias que vivem nos acampamentos já passaram por cinco despejos (BRANT; CAPUCHINHO, 2019).

Figura 9. Vista da usina desativada a partir das áreas do QCG



Fonte: Acervo pessoal, 2016

É frequente, ainda nos dias de hoje, ouvir relatos assombrosos do que acontecia na usina e com os trabalhadores e trabalhadoras da época. Em uma de minhas idas ao Quilombo Campo Grande, peguei carona com um militante do movimento, que é também advogado e natural de Campo do Meio. No trajeto entre Alfenas e o assentamento, ele foi me contando histórias, me contou que pessoas de

²² “Esse conflito social se configura como um dos mais emblemáticos da região sudeste do país, por ser um conflito que já se estende há mais de 15 anos, pela complexidade processual e por representar um bastião da resistência popular em um dos centros produtivos do café no Brasil” (BRANT; CAPUCHINHO, 2019, p. 165).

sua família trabalharam na antiga usina. Dentre muitas histórias que me contou, ele destacou a de um tio que desempenhava trabalho administrativo no local. Ele disse que o antigo dono da usina, da Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (CAPIA), na época em que estava falindo, o incumbiu de fazer o pagamento aos trabalhadores, no entanto, os cheques eram sem fundo, o que foi descoberto somente depois. Este homem, que também recebeu calote, sofreu perseguições e ameaças por parte dos trabalhadores, sendo assim, entrou em depressão severa e logo após cometeu suicídio. Além disso, há muitas histórias que envolvem trabalho infantil, trabalho análogo à escravidão, mortes, acidentes graves e prostituição nos espaços da usina.

Ainda hoje a CAPIA tenta retomar o controle das terras ocupadas há mais de 20 anos por ex-funcionários/as e agricultores/as, gerando um dos mais simbólicos conflitos agrários no Brasil entre o latifúndio e o MST na atualidade.

Esse conflito traz alguns dos principais elementos que historicamente têm caracterizado a Questão Agrária nacional e que se tornam ainda mais evidentes no momento atual com a irresponsabilidade e impunidade do latifúndio/agronegócio, a letargia do Estado em exigir o cumprimento da função social da terra e a judicialização das lutas camponesas. (COCA et al., 2020, p.2)

O atraso do cumprimento da função social da terra por parte do Estado compromete a permanência das famílias nos territórios, pois se sentem inseguras em construir melhorias em seus lotes por conta da frequência de despejos que acontecem nessa região.

Segundo Nathalia Lopes Caldeira e Michelle Neves Capuchinho, as áreas que antes eram destinadas a produção de cana-de-açúcar tinham o solo desgastado devido a monocultura implantada. “Mas, com a ocupação das terras pelo MST, hoje as áreas de acampamento possuem uma produção diversificada, além de desenvolverem projetos de reflorestamento e de implantação de agroflorestas” (2018, p. 164).

Isso porque, segundo Estevan Coca et al (2019), os territórios com presença do MST colocam a Agroecologia como principal referência para a superação do modelo capitalista de produção baseado no agronegócio.

Isso vem ao encontro da crescente compreensão que tem crescido no interior desse movimento socioterritorial de que a luta pela reforma agrária não deve findar com a conquista da terra, mas ter continuidade com a criação de estratégias de fomento da oferta de produtos frescos, nutritivos e saudáveis para a população, especialmente os que vivem nos centros urbanos, pois compõem o maior mercado consumidor. Ou seja, a territorialidade vai além da ação de conquista da terra, sendo expressa também no jeito de produzir e de viver dos camponeses. (COCA et al, 2019, p. 178-179)

Então, como parte da contradição do desenvolvimento do capitalismo no campo, esse território tem se destacado na produção de ações de resistência por parte do campesinato cumprindo com o projeto de Reforma Agrária Popular. Embora a maior parte da área esteja em conflito, “a organização popular tem possibilitado a essas famílias muitas conquistas” (BRANT; CAPUCHINHO, 2018, p. 164).

De modo a evidenciar e compreender as ações de resistência construídas no território do QCG por parte das mulheres, o próximo capítulo apresentará uma breve explanação teórica de algumas categoriais sociológicas e feministas que será, posteriormente, conectada com as experiências dos sujeitos pesquisados.

CAPÍTULO 2. DANDO NOME ÀS COISAS: DA REPRODUÇÃO SOCIAL À ÉTICA DO CUIDADO

2.1 O TRABALHO REPRODUTIVO

Para que a força de trabalho (produtora de mais-valia) possa existir, é necessário que ela seja, antes, produzida e reproduzida. Esse trabalho que produz a força de trabalho é chamado, entre os autores clássicos, de reprodutivo e está, historicamente, relacionado às mulheres. Silvia Federici o define como “o complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e nosso trabalho são reconstituídos diariamente [...]” (FEDERICI, 2019, p. 20). Cristina Carrasco²³ acrescenta que é a “[...] força de trabalho reproduzida nos lares e entregue ao capital por um valor menor do que de fato vale [e que] oculta, assim, uma enorme quantidade de trabalho realizado pelas mulheres, que passa a formar parte da acumulação contínua do capital” (CARRASCO, 2018, p. 36-37).

A teoria da reprodução social demonstra que a “produção de bens e serviços e a produção da vida fazem parte de um processo integrado” (BHATTACHARYA, 2019, p. 103). As pessoas que produzem bens e serviços “são, elas mesmas, produzidas fora do âmbito da economia formal a um custo bem baixo para o capital” (Ibidem, p. 103), graças ao trabalho invisível de mulheres. Isso porque, reforça Federici, “o capitalismo precisa de trabalho reprodutivo não remunerado a fim de conter o custo da força de trabalho” (FEDERICI, 2019, p. 26).

²³ Cristina Carrasco ressalta que “apesar da potencialidade analítica do conceito de reprodução (social) – herdado originalmente dos pensadores clássicos-, ele foi formulado e reformulado continuamente a partir de diferentes perspectivas, o que transforma em uma ideia confusa ao responder a um significado claro [...] Por outro lado, essa é uma dificuldade compreensível, já que representa um tema complexo que implica diferentes aspectos e/ou âmbitos: recursos naturais, trabalhos diversos, aspectos biológicos, educativos e/ou sanitários, elementos materiais, subjetivos, de relações, ideológicos, de poder etc.” (CARRASCO, 2018, p. 34-35)

Heleieth Saffioti (2013), enfatiza que as mulheres nunca foram alheias ao trabalho e que em todas as épocas e em todos os lugares elas que tem contribuído para a subsistência de suas famílias e criado riqueza social.

Segundo Tithi Bhattacharya (2019), a força de trabalho é reproduzida, em grande parte, por meio de três processos interconectados: 1) atividades de regeneração fora do processo de produção e que permite o trabalhador retornar a ele; 2) atividades que mantêm e regeneram futuros ou antigos trabalhadores e 3) reprodução de novas pessoas, “trabalhadores frescos”. Essas são atividades que, de acordo com a autora, formam a base do capitalismo e são comumente chamadas de trabalho doméstico²⁴.

Por ser uma atividade vista como natural, de aptidão feminina e realizada “por amor”, é entendido como um trabalho que não necessita de remuneração. Por sua vez, a condição de não-remuneração sustenta a noção do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho. Deste modo, impede-se que as mulheres possam escolher realizá-lo ou não, o que garante que a mais necessária instância da produção capitalista continue a ser realizada sem grande resistência (FEDERICI, 2019).

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres, como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. (FEDERICI, 2019, p. 42)

²⁴ Silvia Federici, em “O ponto zero da Revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista” (2019), traz uma interessante reflexão sobre o trabalho reprodutivo. Após examinar a ascensão do capitalismo a partir da guerra empreendida contra as mulheres durante os três séculos de caça às bruxas e o cercamento das terras comunais (2019), ela expande sua compreensão acerca do conceito de reprodução social. De acordo com ela, o tempo que ela passou vivendo na Nigéria despertou-a para enxergar a agricultura de subsistência enquanto parte do trabalho de reprodução social. “Em um contexto em que, apesar do impacto destrutivo da produção de petróleo, o acesso à terra continuava a representar uma condição vital para a reprodução da vida cotidiana, e a maior parte dos alimentos consumidos no país vinha da agricultura de subsistência realizada sobretudo por mulheres, o conceito de ‘trabalho doméstico’ deveria obrigatoriamente assumir um significado mais amplo”. (FEDERICI, 2019, p. 30)

O trabalho reprodutivo é lugar de muitas contradições. Ele é importante para a classe capitalista e, segundo Silvia Federici (2019), igualmente importante para a luta das mulheres e de nossa reprodução. Assim, a autora ressalta que o problema não é o trabalho reprodutivo, mas a maneira como ele se constituiu no capitalismo.

“[...] eu me dei conta de que a reprodução de seres humanos é o fundamento de todo sistema político e econômico, e que a imensa quantidade de trabalho doméstico remunerado e não remunerado, realizado por mulheres dentro de casa, é o que mantém o mundo em movimento.” (FEDERICI, 2019, p. 17)

Cristina Carrasco, importante intelectual da economia feminista, indica que a ideia de reprodução social inclui diferentes trabalhos e processos. A ideia mais ampla entende “a reprodução social como um complexo de tarefas, trabalhos e energias cujo objetivo seria a reprodução biológica (considerando as distintas espécies e sua estrutura ecológica) e a da força de trabalho” (CARRASCO, 2018, p. 45). Além disso, pode-se incluir também “as práticas sociais e os trabalhos de cuidados, a socialização e a satisfação das necessidades humanas, os processos de relações sociais que têm a ver com a manutenção das comunidades, considerando serviços públicos de saúde, educação e transferências que reduzissem o risco de vida” (Ibidem, p. 46).

A economia feminista, perspectiva que critica a economia hegemônica baseada unicamente em valores do mercado, entende que o conceito de reprodução social permite dar conta da relação entre o econômico e o social, de forma com que articule as esferas de produção e de reprodução priorizando as condições de vida das pessoas (CARRASCO, 2018). Neste sentido, os trabalhos de cuidado seriam parte relevantes do processo.

De modo a compreender melhor as críticas da economia feminista e compreender de que modo o trabalho reprodutivo ficou relegado ao âmbito doméstico e, conseqüentemente, das mulheres, apresentarei, na próxima seção, o conceito de divisão sexual do trabalho.

2.2A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A SUSTENTABILIDADE DA VIDA

As autoras do Feminismo Camponês Popular²⁵ Isaura Conte, Michela Calaça e Noeli Welter Taborda (2020), mencionam que o surgimento da propriedade privada mudou a forma com que os seres humanos se relacionavam entre si e que a divisão sexual do trabalho passou a tomar delineamentos mais rígidos que hierarquizou o trabalho realizado por homens e por mulheres²⁶.

Nas economias pré-capitalistas, antes do advento da sociedade industrial, as mulheres da classe trabalhadora já eram ativas e desempenhavam um papel econômico fundamental nas unidades de produção (SAFFIOTI, 2013). Porém, o desenvolvimento do modo de produção capitalista colocou condições adversas à mulher.

No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. (SAFFIOTI, 2013, p. 65-66)

²⁵ O Feminismo Camponês e Popular é uma perspectiva desenvolvida pelas mulheres do campo “baseado no projeto de agricultura camponesa e agroecológica e que busca construir as bases para uma sociedade sem classes, uma sociedade socialista e feminista” (ALMEIDA; JESUS, 2020, P. 76). Este projeto passa pela luta por autonomia econômica e pelo reconhecimento do trabalho das mulheres como parte primordial de sua construção.

²⁶ Para acessar a discussão, ver: ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. 1ª Ed. Lebooks, 2019.

Portanto, a marginalização das funções femininas favoreceu a atualização da sociedade capitalista e na constituição das classes sociais, assim como permitiu que o trabalho fosse separado a partir dos sexos.

A discussão da Divisão Sexual do Trabalho faz parte das críticas da Economia Feminista à economia tradicional, cujo movimento encontra-se nas esferas masculinizadas de valorização do capital. As autoras desta perspectiva costumam usar da metáfora do iceberg para demonstrar que as zonas invisíveis seriam os recursos espoliados da natureza e do trabalho de cuidados; enquanto os visíveis seria o mercado capitalista, a economia financeira e o Estado (CARRASCO, 2018). As autoras da economia feminista tentam demonstrar que

[...] o valor de que falava Marx não é criado somente no trabalho que diretamente produz mercadorias, mas também no trabalho que produz e reproduz a força de trabalho. Essa última não é criada e nem se desenvolve de forma natural, deve ser produzida e reproduzida como condição básica e necessária para a reprodução do sistema socioeconômico. (CARRASCO, 2018, p. 41)

Contraditoriamente, tudo o que sustenta esse mercado não é levado em conta, como a economia do cuidado, o trabalho reprodutivo e não remunerado responsáveis por reproduzir a vida. Cristina Carrasco (2008) aponta a cegueira analítica decorrente do enfoque tradicional da economia em que não deixa que os homens (*homo economicus*) “sejam vistos como seres completamente dependentes das mulheres em tudo o que se refere às atividades de cuidados, sem as quais eles nem sequer existiriam” (Ibidem, p. 92).

Em vista disso, a economia feminista reivindica uma "outra" economia em que tenha como eixo central a vida, a reprodução social e a valorização da natureza. A crítica empreendida pela economia feminista parte da compreensão de que a sociedade capitalista e patriarcal organiza a vida social a partir do princípio da divisão de trabalho que separa e hierarquiza os trabalhos realizado por homens e mulheres. Enquanto o trabalho masculino é realizado no espaço produtivo, o trabalho feminino está na esfera considerada reprodutiva, é como se ambas as esferas fossem separadas e opostas (CONTE; CALAÇA; TABORDA, 2020).

Assim, a divisão sexual do trabalho possui dois princípios organizadores: o primeiro é a separação, no qual há o trabalho de homem e trabalho de mulher e, o segundo, ainda mais perverso, é a hierarquização – entre um que vale mais que o outro. (CONTE; CALAÇA; TABORDA, 2020, p. 124)

Nesta lógica, o trabalho mais valorizado é aquele realizado no âmbito público, fora de casa, para o mercado e do qual se recebe salário, enquanto o trabalho realizado na esfera doméstica, ligado geralmente ao cuidado de pessoas, é visto como inferior e em grande parte dos casos sequer entendido como “trabalho de verdade”. Por isso, a maioria do mercado de serviços é ocupado por mulheres, por exemplo o trabalho doméstico. E aqui é importante evidenciar que existe o recorte de classe e de raça/etnia.

Heleieth Saffioti (2013) aponta para a existência de um *nó* que interliga o capitalismo ao patriarcado e ao racismo.

Estas estruturantes se alimentam mutuamente para a exploração, espoliação, expropriação do trabalho e que fatores como gênero e raça são fundamentais no que diz respeito à maior precariedade e maior exploração dessa força de trabalho, pois são os negros e negras os mais afetados por trabalhos precarizados e informais nesta sociedade. Na cidade e no campo, de modo talvez mais acentuado neste, circula a ideia de que ‘as mulheres não trabalham’, apenas ‘ajudam’ o companheiro, já que não são pagas para realizarem os trabalhos na roça, na casa e o de cuidado com a família, na sua produção nos quintais, na lida com animais menores, dentre outros (ALMEIDA; JESUS, 2020, p. 76)

Quando se trata de mulheres camponesas, há de se levar em conta que a divisão sexual do trabalho opera a partir da oposição roçado-casa, delimitando o que é considerado trabalho e o que não é trabalho. Sendo que o roçado está relacionado ao âmbito produtivo, ao passo que a casa está relacionada ao âmbito reprodutivo. Neste sentido, considera-se o trabalho realizado em torno da casa, tais como os do quintal produtivo, esfera doméstica, portanto, igualmente não reconhecido (SAFFIOTI, 2013). Essa divisão sustenta a disciplina e o controle da força de trabalho, cumprindo

com a concretização dos papéis de gênero no meio rural (JAHN; SANTOS; RODRIGUES, 2020).

Dentro do âmbito privado, as feministas camponesas enfatizam que são produzidos desde alimentos até artesanatos para o sustento e renda das famílias. Mesmo assim, ainda constitui o que foi chamado de economia invisível, a renda invisível produzida pelas mulheres (JAHN; SANTOS; RODRIGUES, 2020)

Embora a produção das mulheres é, por muitas vezes, invisibilizada, nos quintais produtivos a soberania alimentar é garantida, assim como a segurança alimentar e nutricional de suas famílias (LIMA; PEREIRA, 2020). Ainda assim, conforme indica o MMC (2020), a falta de reconhecimento do papel desempenhado pelas mulheres na agricultura é uma constante no campo e representa a expressão do sistema patriarcal e capitalista.

Importante destacar, também, que entre as mulheres camponesas, o trabalho constitui suas identidades.

As mulheres e os homens no campo trabalham muito. Em se tratando de mulheres, esse trabalho é ainda mais complexo, porque a mistura do dentro e fora de casa é constante. Em relação à produção para a renda, a imbricação entre o que se vende, doa, troca e consome, envolve mais tempo e dedicação das mulheres. Esse trabalho é invisibilizado [...] e muito mais, fica delegado aos homens quando se refere à renda. Assim [...] é uma separação artificial e que não considera a realidade como uma totalidade. (CONTE; CALAÇA; TABORDA, 2020, p. 128)

Elas não são reconhecidas porque seus trabalhos, mesmo sendo comprometidos com a sustentabilidade da vida humana, não estão presentes no pensamento econômico dominante e hegemônico da sociedade. A consideração do que é trabalho é definido e medido apenas pelas categorias baseadas no modelo masculino de atividades, como a jornada fixa e o ganho de um salário, ignorando tudo que não obedece ao seu padrão (NORONHA, 2018).

Considerando tudo o que foi exposto, é importante ressaltar que a reprodução social é entendida de diversas maneiras dentre as feministas. Se por um lado é vista como uma atividade que gera sobrecarga e não reconhecimento para aquelas que a

executam, por outro, é uma atividade importante e que garante a sustentação da vida, humana e da natureza.

Carrasco aponta para o problema do uso dos termos “trabalho de reprodução” ou “trabalho reprodutivo”, pois mantém a visão dicotômica produtiva-reprodutiva, acentuando a separação dos dois âmbitos. Esta visão, segundo Carrasco, “não permite escapar da dimensão patriarcal”. Já a ideia de Reprodução Social, Cristina Carrasco argumenta que é um conceito mais potente e inclui diferentes trabalhos e processos²⁷. Neste sentido, diferenciando do trabalho de reprodução, Carrasco define a reprodução social como:

[...] um complexo processo de tarefas, trabalhos e energias cujo objetivo seria a reprodução biológica (considerando as distintas espécies e sua estrutura ecológica) e a da força de trabalho. Incluiria também as práticas sociais e os trabalhos de cuidados, a socialização e a satisfação das necessidades humanas, os processos de relações sociais que têm a ver com a manutenção das comunidades, considerando serviços públicos de saúde, educação e transferências que reduzissem o risco de vida. Um conceito que permite dar conta da profunda relação entre o econômico e o social, que não separa produção e reprodução, que situa a economia desde uma perspectiva diferente, outorgando prioridade às condições de vida das pessoas, mulheres e homens. (CARRASCO, 2018, p. 45-46)

O trabalho do cuidado, a partir da economia feminista, é visto como aspecto constituinte e fundamental considerável dentro da Reprodução Social, o que até então nunca foi reconhecido. Carrasco ainda completa dizendo que o conceito de cuidado se amplia para considerar como tais os trabalhos orientados para o cuidado da vida realizados também fora dos lares (CARRASCO, 2018).

Segundo Silvia Federici (2019)

As mulheres têm sido o principal escudo do proletariado mundial contra a fome provocada pelo regime neoliberal do Banco Mundial. Elas foram as principais oponentes da exigência neoliberal de que os “preços do mercado” devem determinar quem vive e quem morre, e

²⁷ “Nos marcos da economia feminista, o conceito surge nos anos sessenta e setenta a partir do feminismo italiano, e é anterior ao esquema produção-reprodução, ainda que com um desenvolvimento posterior, e sem que tenha sido generalizado entre as autoras que têm tratado do tema.” P. 45

são as que forneceram um modelo prático para a reprodução da vida em um caminho não convencional. (FEDERICI, 2019, p. 290)

Além da importância para a dimensão social da vida, elas são igualmente responsáveis pela maior parte de produção dos alimentos pela agricultura, além de reproduzir a vida, “são guardiãs de sementes e portadoras de grande conhecimento sobre as plantas medicinais e seus usos, sempre priorizando a biodiversidade dos espaços onde vivem” (LIMA; PEREIRA, 2020, p. 94). Elas cultivam a terra e todas as formas de vida, do solo, das plantas e dos animais, e assim, prezam pela multiplicação e pela continuidade da vida.

2.3 MULHERES E A RELAÇÃO COM A TERRA

2.3.1 AGRICULTURA CAMPONESA DE BASE AGROECOLÓGICA

As mulheres são sujeitos importantes na discussão sobre a soberania alimentar, a manutenção dos saberes tradicionais e o respeito à vida e ao meio ambiente, pois fazem parte do grupo mais afetado pelo peso do sistema da agricultura atual. Mantê-las de fora da discussão sobre as alternativas de manejo do solo e de produção agrícola é desperdiçar a riqueza social das experiências daquelas que sempre atuaram em defesa do cuidado e da vida.

Segundo Ana Paula Ferreira e Luís Mattos (2017), a agroecologia permitiu ao feminismo

[...] reforçar o trabalho com geração de renda das mulheres, ao combinar elementos como a valorização dos alimentos locais (caprinos, plantas medicinais, mel, hortaliças, etc) com o acesso ao mercado. Esse trabalho passa pelo desenvolvimento de sistemas agroecológicos em quintais produtivos (hortas e pomares), beneficiamentos em compotas, doces e queijos. (CMN/CMC, 2008 apud FERREIRA; MATTOS, 2017, p. 5)

Além disso, Ines Burg e Paulo Lovato (2007) ressaltam que esse papel das mulheres na agroecologia infere na conservação da biodiversidade, constituindo como ponto chave para a defesa da agricultura familiar. Ferreira e Mattos (2017) concluem que já há um certo consenso em torno da importância da aproximação entre agroecologia e o feminismo, mas de que é essencial a participação das mulheres nos espaços de decisões e articulação do movimento agroecológico.

Se, por um lado, a abordagem agroecológica, com tratamento monolítico das famílias não garante a emancipação da mulher, por outro, pode-se afirmar que não há completude agroecológica em experiências cuja emancipação da mulher não esteja em perspectiva, e que não se insira um enfrentamento das estruturas do patriarcado. Assim, só haverá agroecologia na medida em que forem introduzidas as questões do feminismo na própria concepção do fazer agroecológico, que deve estar presente em todos os seus níveis, desde o cotidiano das experiências de campo até a pesquisa em agroecologia, passando pela assistência técnica e formulações de políticas públicas. A participação comunitária estimulada pelas perspectivas feministas e agroecológicas representa o início de um processo de emancipação, que muda a vida das mulheres agricultoras, abrindo caminhos, trazendo autonomia e poder de decisão. Verifica-se que todas as mulheres que iniciam uma participação comunitária, tem a preocupação de socializar suas aprendizagens e lições com as outras mulheres que as cercam. Essa prática se dá sob o argumento de que juntas ganham força e se apoiam. (FERREIRA; MATTOS, 2017, p. 5).

Ferreira e Mattos, ao analisarem a aproximação entre a agroecologia e feminismo observam que o resultado "tem um efeito sinérgico no enfrentamento de dilemas vivenciados pelas mulheres no meio rural" (FERREIRA; MATTOS, 2017, p. 4) e que auxilia na ampliação dos alcances tanto da agroecologia quanto do feminismo.

Ao valorizar o conhecimento local, por meio da perspectiva agroecológica, revela-se a importância das mulheres na construção de sistemas agroflorestais, quintais, hortas, entre outros sistemas produtivos. Por outro lado, introduzir o feminismo na agroecologia contribui para a ampliação do enfoque para além das questões técnicas, produtivas e ambientais, já que as questões sociais ganham mais evidência, incluindo a busca da justiça e equidade nas relações de gênero. Através da inserção do feminismo na construção agroecológica, os debates sobre a soberania alimentar, políticas públicas rurais e sustentabilidade ambiental é potencializado. E a

agroecologia, assim, passa a ser um instrumento a mais para a desconstrução das relações de dominação a partir dos processos de empoderamento das mulheres (FERREIRA; MATTOS, 2017).

No entanto, e conforme destacam algumas autoras (FERREIRA; MATTOS, 2017; NORONHA, 2018; RAMOS, 2017), estes fatos muitas vezes são tomados de maneira acrítica e aceitos como incontestáveis.

A agroecologia se expressa como um movimento de resistência ao modelo de desenvolvimento e de seus problemas sociais, culturais, ambientais e econômicos. Por representar a luta dos/as camponeses/as pela autonomia frente ao capital, espera-se que os processos agroecológicos devam carregar um caráter emancipatório para todas as pessoas. Contudo, é necessário que se reconheça as desigualdades que ocorrem no interior da família para fugir da armadilha dos estereótipos de gêneros.

Flávia Soares Ramos (2017), em artigo de revisão sobre as abordagens e inserção da perspectiva de gênero nos estudos sobre agroecologia, nos adverte que considerar a conversão para a agroecologia como certa para a melhoria das condições de vida das mulheres "pode reforçar papéis específicos de gênero e ainda levar à difusão da ideia de que a agroecologia, por si só, é capaz de alterar a vida das mulheres rurais" (RAMOS, 2017, p. 45). O perigo de tomar a agroecologia como sistema de produção sustentável sem considerar a existência das desigualdades de gênero pode representar uma armadilha para as mulheres. Isso porque obscurece-se as relações de dominação e de poder existentes no interior da família e reduz ao caráter de afetividade as atividades desempenhadas pelas mulheres (RAMOS, 2017).

2.3.2 ECOFEMINISMO

Maria Mies e Vandana Shiva (2016) afirmam que diferentes movimentos de mulheres, desde a década de 1960, têm denunciado o capitalismo-patriarcal e desenvolvimentista como responsáveis pelos problemas sociais e ambientais. Estes movimentos questionam, sobretudo, o modelo civilizatório baseado no progresso tecnológico e na exploração de recursos, afirmando que se trata de um modelo

falocêntrico e que deveria ser substituído para garantir a sobrevivência humana. Essa substituição, no entanto, deveria passar necessariamente pelo questionamento da relação de gênero (NORONHA, 2018).

Foi nesse contexto que surgiu o ecofeminismo, uma posição que leva em consideração a perspectiva feminista e as ambientais, com o objetivo de conjugar ambas e superar o sistema de opressão caracterizado pela relação de subordinação às quais as mulheres e a natureza são submetidas pelos homens (ROSENDO, 2015; SILIPRANDI, 2015).

Para Marti Kheel (2019),

[...] o ecofeminismo refere-se à ideia de que a desvalorização das mulheres e da natureza tem andado de mãos dadas na sociedade ocidental patriarcal. Essa desvalorização se reforça mutuamente, por exemplo, as mulheres são associadas com a natureza e por isso são desvalorizadas; e a natureza é vista como feminina e por isso também é desvalorizada. A desvalorização das mulheres é também comumente vista como conectada com outras formas de opressão tais quais racismo, classismo, heterossexismo e especismo. (KHEEL, 2019, p. 32)

Warren (1998²⁸), alerta para a existência de uma lógica de dominação que vincula conceitualmente todas as formas de opressão, a isso ela denominou de *marco opressivo androcêntrico*. Esse marco é caracterizado pela postura “arrogante” que orienta as relações dos seres humanos com o meio ambiente e os demais seres. Essa postura, além de antropocêntrica, é também androcêntrica e etnocêntrica, por tomar o homem, branco e adulto como referência moral.

Este marco opressivo androcêntrico é operado pela lógica dos dualismos que permeiam a cultura ocidental: cultura/natureza, razão/corpo, bom/mau, sagrado/profano, ativo/passivo, masculino/feminino (ROSENDO, 2015; SILIPRANDI, 2015; KHEEL, 2019).

O lado positivo do dualismo é associado com aquele que transcende a terra e o lado negativo é associado com o mundo material mais

²⁸ apud SILIPRANDI, 2015

modesto da matéria [*matter*] (palavra que deriva da mesma raiz que a palavra “mãe” [*mother*]). Nessa visão dualista, o sagrado é visto como materializado num Deus masculino situado no céu, que cria e governa sobre a Terra imaginada feminina. (KHEEL, 2019, p. 33)

Boaventura de Sousa Santos (2004) diria que esse sistema tem raízes na construção da modernidade pautada na razão indolente. Segundo ele “as dicotomias combinam, do modo mais elegante, a simetria com a hierarquização” e “a simetria entre as partes é sempre uma relação horizontal que oculta uma relação vertical” (2004, p. 242). A construção dessa racionalidade indolente (que fundou o pensamento hegemônico atual) é chamada por Boaventura de “brutal sistema de dominação” que favorece a expansão capitalista e que produz monoculturas de diversas ordens (dos saberes, do tempo, da classificação social e da produção).

Tendo em vista esta separação, e que as economistas feministas e camponesas feministas também reconhecem, algumas ecofeministas²⁹ defendem a permanência dessas dualidades e reivindicam uma inversão de valores, onde a mulher e a natureza conquistem lugar de superioridade perante a cultura androcêntrica (SILIPRANDI, 2015).

Karen J. Warren é uma filósofa ecofeminista norte americana que elaborou uma proposta de ética do cuidado, chamada por ela de “Ética sensível ao cuidado”. Essa proposta

[...] distancia-se do conceito tradicional machista do cuidado, no qual as mulheres são convidadas a reparar os danos causados pela passagem do apressado macho em direção a seus propósitos que descuidam do bem próprio e da vida de quem está em seu caminho ou cercanias. (ROSENDO, 2015, p. 18)

Essa discussão é feita dentro do âmbito da filosofia e questiona as éticas utilitaristas ou éticas baseadas em direitos, pois alegam que elas refletem um viés machista.

²⁹ Na realidade, são diversas as tendências ecofeministas mas por conta do objetivo deste trabalho, não serão aprofundadas

Nesse contexto, os princípios que orientam uma ética baseada na racionalidade são mais importantes do que outros valores tradicionalmente associados às mulheres, como o cuidado. É importante ressaltar que o critério de inclusão no círculo de considerabilidade moral nessas éticas não é a racionalidade. (ROSENDO, 2015, p. 23)

Ou seja, o que determina que as éticas e valores masculinos sejam hierarquicamente superiores diz respeito a uma lógica de dominação que atua por meio de dicotomias e que justifica os discursos, sistemas e práticas de desigualdades. Essa lógica de dominação não opera pela racionalidade, mas através de sistemas de dominação complexos.

Conforme vimos anteriormente, as ecofeministas (ROSENDO; KUHNEN, 2021; WARREN, 2000; SHIVA; MIES, 2014; SILIPRANDI, 2015), o Feminismo Camponês (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020; LIMA; PEREIRA, 2020; CONTE; CALAÇA; TABORDA, 2020; JAHN; SANTOS; RODRIGUES, 2020) e a economia feminista (CARRASCO, 2018) defendem a tese de que alguns grupos, como as mulheres e a natureza, são mais afetadas negativamente em razão de sistemas de opressão estabelecido a partir de categorias como gênero, classe e raça. A relação entre a opressão das mulheres e a destruição da natureza carregam similaridades e são reflexos da mesma estrutura que dita e hierarquiza ordens dicotômicas coloniais. Por conta disso, as autoras consultadas argumentam que as mulheres, principalmente aquelas que estão nos campos e florestas, tendem a desenvolver uma relação de maior preocupação com a natureza e com a vida de forma geral.

Então a experiência dessas mulheres na sustentação da vida, ela se dá no campo e na cidade de diferentes maneiras e que fazem com que essas mulheres tenham um olhar também diferentes para esse cuidado com a vida, a partir do trabalho que elas exerceram e seguem exercendo historicamente³⁰.

³⁰ Relato de Mahara, do Coletivo de Mulheres Raízes da Terra e coordenadora do setor de produção, 31 de fev. de 2021.

Toda a história do Coletivo de mulheres Raízes da Terra, ao longo desses 10 anos, diz respeito, sobretudo, “à defesa do território, [...] à defesa da cultura camponesas, do modo de viver que essas pessoas decidiram ter a partir do momento em que se colocaram para viver na terra”³¹.

As mulheres do Coletivo Raízes da Terra expressam por meio de falas e práticas a preocupação pelas questões ambientais e a busca por relacionamentos mais harmoniosos entre os seres humanos. Assim, por meio da agroecologia e do trabalho coletivo na horta de ervas medicinais e aromáticas, as mulheres disputam novas narrativas e vivências, ou seja, uma “outra” ética que prioriza o cuidado e a sustentabilidade da vida, tanto em relação às vidas de suas companheiras e companheiros, quanto em relação ao meio ambiente. Esta “outra” ética produzida pelas mulheres são possíveis de serem observadas a partir da maneira com que se organizam coletivamente, no trabalho agroecológico que realizam na horta, no cultivo das plantas medicinais e aromáticas e no cuidado que promovem entre si.

*Essas mulheres estão, inclusive, unidas para produzir as ervas medicinais, os alimentos, e isso as une, e isso proporciona também trocas de experiências, [...] cuidado mútuo entre elas, [...] diálogo entre elas. E isso é secular, porque afinal de contas as mulheres é que, ao se fixarem em determinado território, sempre se preocuparam com a existência da vida nesse território, que sempre se preocuparam com a existência da vida [das pessoas] nesse território. E para isso, também, essa coesão com a natureza, porque ela fornece o que é de necessário para a vida, então esse equilíbrio, essa existência da vida, ela sempre foi pautada principalmente pelas mulheres fazendo sua agricultura*³².

A resistência nos territórios acontece de muitas maneiras, mas são as mulheres que continuam sendo as responsáveis pela sustentabilidade da vida, tanto em relação a reprodução da vida quanto dos cuidados com a saúde e com a natureza.

Conforme foi exposto por Débora³³, toda mulher carrega consigo um conhecimento. Esse conhecimento, que é secular, tem sido negado e invisibilizado. Desde os conhecimentos relacionados às ervas, o conhecimento em relação à terra e

³¹ Ibidem.

³² Ibidem.

³³ Relato coletado no dia 31 de maio de 2021.

à produção de alimentos. Da mesma forma, o trabalho também é, muitas vezes, invisibilizado, o trabalho nos quintais, o trabalho doméstico, o trabalho do cuidado na comunidade.

Segundo Mahara³⁴, “*esse trabalho que as mulheres fazem de sustentação da vida é considerado, em muitos momentos, como um não trabalho [...] porque afinal de contas, as mulheres, e isso historicamente construído, fazem tudo o que fazem por amor*”.

Isto pode envolver o trabalho doméstico ou mesmo o trabalho nos quintais produtivos realizados pelas mulheres para alimentarem suas famílias de maneira saudável, diversificada e econômica. Ou de cuidar da comunidade, no caso do coletivo, oferecendo as ervas, fitoterápicos e cuidado de saúde.

O relato de Lúcia, durante entrevista de grupo focal, demonstra bem o não reconhecimento dos trabalhos de reprodução das mulheres:

Porque eu estou em casa, tudo que ele [esposo] vai fazer, ele fala “mas você cansa do que? Você não faz nada!”. Aí eu falo “você não lava [...], mas eu lavo, limpo casa”. Quando é 7h da manhã eu já pus comida para os bichos, já tratei dos bichos. Já cuidei de horta, o que tenho plantado... já faço todo meu serviço. Aí ele se levanta 8 ou 9 horas, e quando ele se levanta, ele ainda quer que eu vá ajudar ele na cerca [...] eu falo, “Geraldo, eu já fiz toda minha parte e você dormindo, agora você se vira”. Mas mesmo assim, sabe, ele começa a falar, a falar, a falar...

Nana complementa:

Muitas das vezes os homens pensam que as mulheres só servem para limpar, lavar e cozinhar. E se a gente deixar, eles vão fazer da gente um cavalo. Vai montar em nós até onde eles podem, trazer o desrespeito para dentro de casa, porque você ainda passa, lava e cozinha, cuida de filho, cuida de horta. E no final das contas, “você fez o que? Você não fez nada”. Então é complicado, mas quando vem essa conversa que nós mesmo ouvimos dos nossos companheiros, a gente tem resposta na ponta da língua para eles entenderem que a gente não é boba..... a gente tem que ditar a regra, companheira, porque muitas das vezes a gente se cala. Por medo de repressão, por medo do marido ir embora, de arrumar outra lá fora. Então muitas

³⁴ Ibidem.

vezes a gente se cala, [porque] trabalhou o dia inteiro, está cansada, mas... sempre tem uma desculpa. Eles falam assim “mulher sempre tem uma desculpa”, mas não compreende. Que o tanto que [a gente] trabalhou lá, a gente também trabalha, a gente está cansada.

Os relatos de Lúcia e de Nana se somam a de muitas outras mulheres, exaustas por terem seus trabalhos desvalorizados. Até mesmo para as próprias mulheres que praticam a agricultura de subsistência, o trabalho que exercem as vezes se confunde com o não-trabalho. Em uma de minhas visitas ao QCG, auxiliei na aplicação de um questionário para o levantamento e atualização dos dados sobre os assentamentos e acampamentos³⁵. Para este levantamento, era necessário fazer entrevistas com representantes familiares de todas as casas. Em três casas que visitei e que as entrevistadas eram mulheres, ao serem perguntadas sobre o trabalho que exerciam, elas diziam que não havia, embora eu notasse o quintal cheio de alimentos e ervas produzidas por elas.

³⁵ Fevereiro de 2021.

Figura 10. Dirce, integrante do Coletivo Raízes da Terra, em sua horta cultivada por ela e seu companheiro



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

A partir disto, nota-se que até mesmo entre as mulheres a divisão sexual do trabalho é naturalizada. Elas sentem que aquilo que produzem dentro do âmbito doméstico (quintais, cuidado com animais, artesanatos etc.) não é resultado de trabalho. Este sentimento desdobra na noção de que o homem, por ser o “provedor” da casa, é quem deve tomar as decisões pela família. Reproduzindo a desigualdade de gênero no campo de maneira sutil, embora violenta. Este é o paradoxo da economia invisível! Porque é sabido, mais uma vez reforçando, que são elas quem asseguram a segurança alimentar e nutricional de suas famílias, além de gerar economia na renda.

Silvia Federici considera que a luta por questões comunitárias e reprodutivas têm aproximado as mulheres do movimento feminista e, ao mesmo tempo, provocado a reflexão sobre o trabalho reprodutivo que exercem de forma gratuita e exclusivamente por elas (FEDERICI, 2019).

A autora indica que apesar da tentativa de potências coloniais destruir os sistemas femininos de agricultura, “as mulheres hoje constituem a maior parte dos trabalhadores agrícolas do planeta e estão na vanguarda da luta por um uso não capitalista dos recursos naturais (terra, florestas e águas)” (FEDERICI, 2019, p. 277). As mulheres estão à frente da defesa da agricultura de subsistência, do acesso comunal à terra e em oposição à expropriação dela. Dessa maneira, “as mulheres estão construindo internacionalmente o caminho para uma nova sociedade não exploradora, na qual a ameaça da fome e da devastação ecológica desaparecerá” (Ibidem).

Ainda segundo Federici (2019), as mulheres são as principais forças sociais que impedem o caminho de uma completa mercantilização da natureza. Por isso, são as “agricultoras de subsistência do mundo” (Ibidem, p. 313), e o não reconhecimento do papel que cumprem é uma expressão do sistema patriarcal e capitalista presente na sociedade.

Para o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC),

As mulheres têm papel fundamental nesse processo, pois, desde o início, garantiram a diversidade de alimentos, construindo as condições necessárias para a manutenção da vida, desenvolvendo um grande conhecimento sobre a produção, maturação, seleção, armazenamento, transformação e manipulação de plantas e animais. No entanto, por estarmos inseridas em um sistema patriarcal e machista, presenciamos a influência desta cultura na agricultura camponesa. Isso fica evidente nos espaços de poder das esferas públicas e privadas, também na desvalorização do trabalho de produção e reprodução realizado pelas mulheres. (MMC/RS, 2005 p. 12 apud JAHN; SANTOS; RODRIGUES, 2020, p. 136)

Isto significa que embora as mulheres estejam mais ligadas às tarefas de cuidado e de sustentabilidade da vida, devido a uma série de condicionantes históricos e culturais, e dos quais todos os seres humanos e natureza dependem, ainda assim

são desvalorizadas. Essa é uma das contradições que o capitalismo sujeitou as mulheres, principalmente as mulheres camponesas.

Como vimos anteriormente, as mulheres, por uma série de condições históricas, sociais e econômicas, foram relacionadas e responsabilizadas pela reprodução da vida em todas suas formas. Essas responsabilidades foram entendidas pelas feministas, especialmente dentro da tradição do feminismo igualitarista³⁶, como algo a ser superado (dentre outras coisas) para se alcançar a igualdade de gênero. No entanto, desde tempos recentes, esforços teóricos³⁷ têm sido dispendidos para demonstrar o trabalho da reprodução social, que gera a sustentabilidade da vida, como potência, sugerindo uma inversão conceitual. Isto é:

[...] considerando que o mundo público, tal como está, reflete uma visão masculina de ser, e que as mulheres (depositárias de um outro modo de ser, outros valores, outra cultura, decorrentes da maternidade e da sua condição de reprodutoras da vida) teriam outras contribuições a dar para uma nova forma de estruturação da sociedade que incorporasse a riqueza do universo feminino, ao invés de desvalorizá-lo. (SILIPRANDI, 2000, p. 64)

Portanto, a proposta do próximo capítulo é olhar para o trabalho desenvolvido pelas mulheres do Coletivo Raízes da Terra desde uma ética feminista a partir de quatro eixos analíticos, a saber: Práticas de cuidado; Trabalho coletivo; agroecologia e saber tradicionais. Tem-se, com isso, o esforço para compreender as práticas do trabalho do coletivo, que pensando no termo estrito seja produtivo, pensá-lo também enquanto espaço de reprodução social. Só que dessa vez, olhar para a reprodução social enquanto potência de transformações das sociabilidades burguesas, e não enquanto trabalho invisível que serve ao capital.

Entendo que olhar mais de perto para as práticas e sociabilidades que as mulheres do Coletivo Raízes da Terra têm experimentado dentro de suas realidades, pode nos fornecer elementos para se pensar em uma outra “ética” em que a vida e o

³⁶ A tradição igualitarista reivindica “a universalidade da dignidade humana contra as desigualdades de poder estruturadas ao redor das diferenças sexuais” (SORJ, 1992:144 apud SILIPRANDI, 200, p. 64)

³⁷ Quem defende isso são as feministas da tradição chamada “feminismo da diferença” (SILIPRANDI, 2000).

cuidado estejam ao centro. Isto porque o Coletivo de mulheres diz respeito a um espaço que permite e potencializa o desenvolvimento de outras possibilidades de relações sociais e políticas, onde elas conseguem se realizar enquanto indivíduos de forma mais plena.

CAPÍTULO 3. COLETIVO DE MULHERES RAÍZES DA TERRA: DESLOCANDO OS SENTIDOS DO CUIDADO

O coletivo de mulheres Raízes da Terra é uma auto-organização de mulheres, acampadas e assentadas do Quilombo Campo Grande. O coletivo surgiu em 2011 para unir as mulheres e juntas enfrentarem problemas do cotidiano relacionados a elas, como: “o transporte escolar precário para os filhos, dificuldade com o sistema de

saúde, a falta de recursos financeiros, a baixa autoestima e outros problemas relacionados à mulher” (SANTOS, 2015, p. 39).

Figura 11. Coletivo de mulheres Raízes da Terra



Fonte: Acervo do Coletivo Raízes da Terra, 2021.

Silvia Federici já havia dito que as mulheres tendem a ser organizadas a partir do lugar que ocupam socialmente enquanto mulheres, tendo uma maior predisposição a estar à frente de lutas relacionadas às suas condições sociais enquanto reprodutoras da comunidade³⁸.

³⁸ Ela argumenta sobre isso em “O ponto Zero da Revolução” (2019) partindo das lutas das mulheres nos Estados Unidos em reivindicação a um salário para o trabalho doméstico.

As mulheres que chegam ao QCG vêm de realidades e contextos diversos, e nem todas são originariamente camponesas. Por isso, e segundo Dona Ricarda³⁹, muitas têm dificuldades em se adaptarem na rotina e trabalho da roça. As famílias que chegam precisam se adaptar à vida no campo e aprender a trabalhar com a terra para tirarem seus sustentos, não é como na cidade que “*sempre pinga um dinheirinho*”. Dona Ricarda disse que as pessoas que chegam das cidades, “*tem que aprender tudo no susto*”. Aprender a cuidar das plantas, dos animais, “*senão, não conseguem sobreviver*”.

Ela podia até ter tido algum contato através de uma avó que morou no sítio, do pai e da mãe que foram para capital, muitas vezes ainda levava o gosto de fazer uma horta, de fazer as quitandas com aquele sabor de roça. Mas elas chegavam aqui e ficavam muito deprimidas, porque elas não sabiam como “ajudar” o marido. Elas não conheciam como plantar, como colher, como carpir um lote, viver sem energia elétrica, viver sem uma água encanada e viver sem um salário, porque lá na cidade grande, mesmo que ela tivesse desempregada, ela arrumava uma faxina para ela fazer [...] Você tem uma vidinha difícil na cidade grande, mas você se vira “nos trinta”. Um dia você lava roupa para alguém, no outro faz uma faxina, no outro passa na padaria e arruma um bico para fazer limpeza. Então sempre pingando um dinheirinho.

Além das dificuldades da lida com a terra, as mulheres chegavam nos acampamentos sem entender muito bem o Movimento. Isto porque quem participava das reuniões e conversas eram os maridos, evidenciando o espaço público que tende a ser mais ocupado pelos homens, em contraposição ao espaço privado do qual fica relegado às mulheres. Outro fato que acaba interferindo também no distanciando das mulheres à vida “pública”, é devido aos lotes ficarem distantes uns dos outros e as obrigações domésticas das mulheres dentro de casa.

Com a organização do coletivo, as mulheres passaram a se reunir e a convidar outras companheiras. Com isso, e conforme também relatou Débora, o setor de gênero passou a ser fortalecido, pois passou a incluir as mulheres nas discussões e tomadas de decisões e nas instâncias de coordenação do movimento. Com as

³⁹ Em entrevista concedida em novembro de 2021.

reuniões acontecendo, logo perceberam que era necessário pensar em meios para geração de renda das mulheres. Assim, passaram a se perguntar:

Como que nós vamos gerar renda? Como nós vamos ensinar o pouquinho que cada uma de nós sabemos para as mulheres que estão chegando agora? “Ah, vamos começar por uma horta medicinal. Porque com uma horta medicinal, o tanto que não vai deixar de gastar na farmácia? E com essa medicina alternativa, nós também vamos ensinar as mulheres a voltarem a ter aquilo que as mães e as avós delas tiveram, que é um elo perdido, elas perderam, mas vamos colocar esse elo. Então surgiu a horta”⁴⁰.

A horta de plantas medicinais e aromáticas foi criada em 2014 e conta hoje com 2.000 m² e certificação pela Orgânicos Sul de Minas⁴¹. Este espaço fica localizado em um lote coletivo próximo ao Viveiro de mudas do Quilombo Campo Grande, no Assentamento Vitória da Conquista II. Para além das atividades produtivas, é onde acontecem os espaços-tempos de formação e de troca de saberes tanto em relação à organização do movimento, como também sobre o plantio, colheita e outros saberes sobre as ervas⁴² (Figura 7). Este espaço é fonte de muito orgulho para as mulheres, que enfatizam o trabalho e suor delas para a construção e manutenção da horta.

⁴⁰ Relato de Dona Ricarda.

⁴¹ A Orgânicos Sul de Minas é uma central de associações de produtores orgânicos do Sul de Minas Gerais que possui um sistema participativo de garantia por meio do SPG/OPAC.

⁴² Relato de Débora Vieira de Jesus Borges colhido em maio de 2021.

Figura 12. Horta coletiva de ervas medicinais e aromáticas do Coletivo Raízes da Terra



Fonte: Acervo pessoal, 2020

O coletivo, para além do objetivo da geração de renda, é uma forma de reunir as mulheres para a organização política e para que juntas superem os sofrimentos, angústias da vida ao mesmo tempo que cria espaços e trocas de saberes e experiências. É neste lugar que as mulheres do coletivo encontram apoio, escuta e companheirismo. É nesse lugar também que elas desenvolvem a autoconfiança, pensam sobre a vida e sobre seus espaços na luta⁴³.

Mesmo que a produção econômica das mulheres ainda esteja limitada⁴⁴, o sonho e a esperança de gerar renda e trazer autonomia para as mulheres sem-terra é permanente. Hoje elas possuem alguns espaços de comercialização da produção, um deles é por meio da cesta de consumo para as cidades do entorno (Campo do

⁴³ Análise a partir de relato durante a entrevista de grupo focal realizada no dia 25 de fevereiro de 2021 e em entrevistas individuais.

⁴⁴ De acordo com a percepção das próprias mulheres do Coletivo.

Meio, Campos Gerais e Alfenas). Nas palavras de Débora, “*todas nós cremos que vamos chegar nesse objetivo que a gente vem já há 10 anos sonhando para conquistar*”. Débora me contou também que o Coletivo Raízes da Terra é o único coletivo organizado no Estado de Minas Gerais, isto porque, segundo ela, não é fácil manter um coletivo funcionando por tantos anos.

Convém, porém, esclarecer que se por um lado a geração de renda é insuficiente para a autonomia econômica das mulheres, por outro, há o desenvolvimento e fortalecimento da autonomia política e social, o que será melhor apresentado adiante.

Débora indicou que o Coletivo de mulheres Raízes da Terra vai para além das conhecedoras e produtoras de ervas medicinais, abrangendo também o coletivo de produção de doces e compotas que possui uma agroindústria com licença da vigilância sanitária no Assentamento Primeiro do Sul. Além disso, dentro do Coletivo as mulheres também se dividem em setores de organização do movimento, como da educação, produção, comunicação, entre outros. De vez em quando acontecem os mutirões, onde todas trabalham juntas.

*[...] dentro desse coletivo de mulheres, nós temos também as companheiras que estão dentro dos setores, dentro da secretaria, da educação, na saúde, na produção, na frente de massa, na luta no geral dentro dessa organização. E nesse sentido, a gente vem a passos ainda... com desafios muito grandes, a passos de tartaruga, mas que... andando sempre caminhando.*⁴⁵

À medida que novas mulheres vão se aproximando do Coletivo, as mais antigas vão observando seus perfis para incluí-las nos setores e instâncias em que se encaixam melhor:

[...] Então uma pessoa que gosta de planta medicinal, vamos dar um jeitinho de inseri-la na saúde. A outra você percebe que o negócio dela é plantar, arrancar toco, carpir, então vamos colocar na produção. E assim vai. (Dona Ricarda)

⁴⁵ Relato de Débora Vieira de Jesus Borges em e maio de 2021.

Dona Ricarda comentou que foi de dois anos para cá que conseguiram firmar um grupo de trabalho que já possuem renda fixa. Elas vão uma semana para a horta, trabalham plantando, colhendo, lidando com a terra, processando, embalando etc.

Rosa Helena Gonçalves Santos (2015), que também faz parte do coletivo, relata em sua monografia que “a mulher trabalhadora rural quando conhece seus direitos e participa de movimentos sociais de caráter popular, melhora sua autoestima e começa a se perceber e construir a sua identidade e consciência de classe” (SANTOS, 2015, p. 13-14).

Os aprendizados e conquistas não ficam apenas na horta, eles são levados para dentro de casa, causando “pequenas revoluções/transformações” no dia a dia e nas relações familiares. A partir do trabalho coletivo desenvolvido na horta, as mulheres voltam para casa e levam as discussões para o lar, para seus parceiros, filhos e filhas, ocasionando em um maior envolvimento da família e na melhoria da qualidade de vida de todos e todas⁴⁶. Para além disso, as práticas do coletivo dizem respeito a uma estratégia anti-capitalista:

É porque ele é uma força contra hegemônica. Quando a gente fala contra hegemônica é porque há uma força hegemônica no campo, quem é essa força? O agronegócio. O agronegócio é esse braço do capitalismo no campo. E aí quando a gente cria uma proposta de empoderamento das mulheres, geração de renda para as mulheres, através de uma produção de plantas medicinais, com base agroecológica, então você já está indo totalmente contra essa força. Então eu acredito que o coletivo é essa força contra hegemônica.⁴⁷

Existem mulheres que estão desde o início no coletivo e outras que estão há apenas alguns meses. Por isso a aprendizagem é constante. Elas possuem origens, tempo de militância e idades diversas (Ver tabela 1)⁴⁸.

Não consegui checar a quantidade exata de mulheres que estão atualmente no Coletivo, isto porque as informações não batiam e iam de 20 a 50 mulheres. Acredito

⁴⁶ Baseado em relato concedido por Débora.

⁴⁷ Kallen em entrevista em dezembro de 2021.

⁴⁸ **Tabela do perfil das mulheres do Coletivo Raízes da Terra envolvidas diretamente no trabalho da horta medicinal**, localizada na página 23 e 24 deste texto.

que a dificuldade em se estabelecer uma quantidade exata se deve ao fato de estarem organizadas em diversas tarefas e que o sentido do Coletivo Raízes da Terra seja diferente para cada uma, no sentido de que quando perguntado sobre a quantidade, algumas se referiam a quantidade do coletivo pensando no geral que abrange todas as dimensões internas, outra se referiam a quem está envolvido no trabalho da horta, e outras se referiam a produção das plantas medicinais como um todo, abrangendo a embalagem, secamento e venda.

Portanto, para a realização desta pesquisa, conforme foi anunciado na seção da metodologia, optou-se por acompanhar e entrevistar as mulheres que estão envolvidas diretamente no trabalho da horta. Na época da realização do trabalho de campo e das coletas de dados, eram 8 mulheres envolvidas no trabalho da horta semanalmente: Obed, Diná, Kallen, Geane, Dirce, Naná, Lúcia e Consolação. Dentre elas, apenas a Consolação não foi entrevistada individualmente, pois na época em que estive em campo ela estava em viagem.

A maioria das mulheres estão na faixa dos 50 anos, porém existem algumas jovens que fazem parte, como é o caso de Geane, uma das coordenadoras do coletivo e mãe de um bebê. Nos dias de trabalho na horta, ou mesmo quando precisam participar de reuniões ou de alguma formação, Geane aparece acompanhada de seu bebê que tem o cuidado compartilhado entre as companheiras (Figura 8).

Um dos maiores desafios para o coletivo, segundo as falas de Tuíra Tule (coordenadora estadual e uma das fundadoras do coletivo de mulheres) é a comercialização e a organicidade⁴⁹. A dificuldade na comercialização repercute na falta de recursos para remunerar adequadamente as trabalhadoras⁵⁰. Além disso, e conforme lembrado por Dona Ricarda, a locomoção também é um desafio. As roças ficam distantes umas das outras, o que acaba pesando na hora de todas precisarem

⁴⁹ Organicidade, para o Movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, tem sentido relativo à autonomia e a autogestão. “A dificuldade vem do fato de que o rompimento com o patriarcado e a construção da autogestão dentro do capitalismo não é nada fácil”. (Tuíra Tule, coordenação estadual do MST e uma das criadoras do coletivo de mulheres, em resposta a meu questionamento via *whatsapp*).

⁵⁰ Atualmente, as mulheres são remuneradas por meio período de trabalho na horta, que acontece uma vez por semana. O valor pago é de R\$ 25,00, o que segundo as próprias mulheres é insuficiente.

se reunir. Quando podem, compartilham carona ou usam a caminhonete do Viveiro, mas nem sempre é possível.

Figura 13. Geane com seu bebê em dia de trabalho na horta de plantas medicinais



Fonte: Acervo pessoal, 2022

Ainda existem desafios para se manterem nas atividades do coletivo. Conforme relatam, existem barreiras que precisam ultrapassar diariamente e que são relacionadas ao lugar ocupado enquanto “donas de casa”: Débora relata que

Tem companheiras que as vezes não conseguem chegar no curso porque tem que fazer almoço para levar para o marido, às vezes tem companheiras nossas que não podem ir ao espaço que é necessário que ela esteja porque tem os afazeres da casa. O companheiro não compartilha dos afazeres. Ainda os afazeres da casa são da mulher. E não é da noite para o dia que vamos conquistar esse direito de igualdade, de convivência, de estudo. Não é da noite por dia, é lutando e levando consciência não só para as mulheres, tem que ser também familiar.

O coletivo, apesar de possuir integrantes fixas, algumas não conseguem estar presentes todas as semanas na horta porque estão em outros espaços e atividades. O fato de viverem distantes do local onde se reúnem semanalmente, dependendo de carona dos maridos ou vizinhos, também é um elemento que prejudica os encontros. Outro ponto que dificulta a permanência das integrantes, se deve ao fato de que a renda ainda é simbólica, nas falas das próprias mulheres, tendo que renunciar ao trabalho coletivo em detrimento de outros trabalhos “que pagam melhor”.

Dona Ricarda contou que já passaram por volta de duzentos mulheres pelo coletivo desde sua fundação.

Porque a pessoa vem para cá, tem família, tem marido, ai de repente, uma proposta de emprego, o marido vai...como é que vai ficar aqui?

Esta fala reforça ainda mais a necessidade da geração de renda não apenas para a conquista da autonomia econômica das mulheres, mas também para a garantia da própria permanência na terra. Importante lembrar que o território do Quilombo Campo Grande diz respeito a uma área que envolve muitos acampamentos que resistem a mais de duas décadas aguardando a realização da reforma agrária. Portanto, há uma sazonalidade das pessoas no território justamente porque não há a efetivação do direito à Terra, e o mesmo acontece em relação a sazonalidade de integrantes no Coletivo Raízes da Terra.

3.1 PRÁTICAS DE CUIDADO NA ROTINA DO TRABALHO COLETIVO

Os encontros semanais na horta (sempre às quintas-feiras) são marcados por risadas, brincadeiras, conversas, do café comunitário (onde cada uma contribui com algo), de trocas de experiências, histórias e afetos. Tudo isso entre uma capina e outra. Em um momento de conversa, as mulheres me contaram que anseiam pela chegada do dia em que se reúnem para o trabalho na horta.

[...] eu falo para mãe, toda quinta-feira rola uma terapia aqui na horta. Porque cada uma fala da vida, dá conselhos, dá risada. Porque muitas vezes em casa não tem essa conversa, né? Lá em casa mesmo, são outras conversas. Mulher com mulher, é outro nível. [...]. Nossa, aqui é uma maravilha! Eu estou lá em casa e não vejo a hora de dar quinta-feira. Aqui alivia, esquece um pouco dos problemas de casa, da rotina... Você vai embora para casa com um ânimo a mais.⁵¹

As reuniões começam logo cedo com os cuidados iniciais do dia, fazendo alongamento, agradecendo o sol, tomando água com limão e bicarbonato. Nos dias que almoçam juntas, buscam fazer uma alimentação totalmente natural, sem uso de agrotóxicos, de açúcar e sem o consumo de carne. Antes de se servirem, fazem a reflexão de onde vem cada alimento, uma das companheiras apresenta cada alimento seguido do nome de quem o produziu. A comida sempre é leve, com diversidade e bem-preparada.

Sobre o não consumo de carne, Mahara comentou que foi combinado

[...] desde o início que não haveria carne nas alimentações e a gente introduziu PANCs⁵² a gente introduziu uma alimentação diferente, equilibrada. E além disso, a gente debatia sobre tudo isso, sobre a produção de alimentos, sobre a produção da própria alimentação daquele dia.

⁵¹ Relato de Geane durante realização de entrevista de grupo focal na horta, em fevereiro de 2021.

⁵² Plantas Alimentícias Não Convencionais

Dona Ricarda acrescenta que isso se deve, também, à reflexão de que não é necessário consumir carne para ter acesso à todas as vitaminas de que nosso corpo precisa, ainda mais no contexto atual em que ter acesso à carne todos os dias na mesa é inviável.

A reflexão veio para ser uma alimentação natural e elas perceberam que dá para viver sem carne. É possível tirar a vitamina, os sais minerais, a proteína [de outros alimentos]. De onde tiramos a proteína? Do ora-pro-nóbis. [...] Tem pessoas que tem o hábito da carne por acha que é mais fácil, mais rápido [...] tem gente que não come nem um pé de alface, nem um tomate. Então a gente mostra este lado também.

Em uma das oficinas de capacitação que presenciei, realizada no dia 19 de fevereiro de 2021, eu acordei sonolenta e fui tomar café dentro da casa coletiva, que fica próxima a horta medicinal, antes de ir participar do espaço. Obed veio ao meu encontro com um copo de água com limão e bicarbonato. Ela me explica que faz parte de suas rotinas e que “faz bem” para a minha imunidade. Claro que eu bebi e após isso fomos para a parte de fora da casa, onde as mulheres estavam em círculo sob a grama prontas para começar o alongamento. Elas falam sobre a importância de movimentar o corpo antes de começar as atividades.

Em uma outra ocasião, durante um curso de Agrofloresta em novembro de 2021, as mulheres puxaram uma roda de alongamento antes de começar as atividades do curso. No ambiente havia homens e outras pessoas que não eram do Movimento. Percebi que enquanto as mulheres se aproximavam do círculo, a maioria dos homens se afastavam e não participaram do alongamento. Comentei sobre isso com uma das companheiras, ela respondeu “*as mulheres que procuram ajuda, elas precisam se cuidar porque quando adoecem não tem ninguém para ajudá-las, por isso se cuidam*”.

Podemos notar uma dimensão político-pedagógico no coletivo. Pois a partir da inserção e convivência das mulheres por meio do trabalho coletivo, elas passam a refletir sobre questões que não eram familiares antes. Essas reflexões vão desde a alimentação saudável até o lugar em que elas ocupam na sociedade. Quando as

mulheres se reúnem, muitas trocas de vivências ocorrem e elas vão tomando consciência de si mesmas.

Dona Ricarda chamou a atenção para a quebra do estigma de que mulheres são rivais. Com a convivência, elas passam a desenvolver confiança umas nas outras e em si mesmas.

Elas dizem: “tive coragem, hoje eu falo”. Ela toma posse do conhecimento. Toma posse do protagonismo.

Perguntado sobre o cuidado que envolve suas práticas, Dona Ricarda respondeu:

Não é aquele cuidado imposto pela sociedade patriarcal, não é! É um cuidado de zelo. “ué, mas a companheira não veio já há duas semanas, por quê? Vamos saber o porquê? Vamos até ela? Vamos mandar uma mensagem?” sabe, são esse tipo de coisa. “mas por que você tá assim hoje? Tá xaropinha? Que foi que aconteceu? Você tem necessidade de falar?”. E assim você vai descobrindo coisas que as vezes uma irmã dela não sabe, uma mãe dela não sabe.

Por meio da convivência e do fortalecimento da confiança, elas desenvolvem uma rede de apoio, e isto pode ser identificado enquanto uma expressão do cuidado em contraposição ao isolamento que viviam antes desta inserção. Elas se referiram mais de uma vez ao trabalho realizado coletivamente na horta como sendo um momento de “terapia”.

Figura 14. Lúcia em um dia de trabalho do Coletivo na horta de plantas medicinais e aromáticas



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

As mulheres relataram que a vida na roça é difícil e solitária, então fazer parte do coletivo contribui para vencer a solidão. Diná me contou que se sentia isolada, com vontade de ir embora do lote e “desistir de tudo”, era seu esposo que insistia para continuarem e que incentivou-a a fazer parte do coletivo e a se envolver no trabalho com a horta. Ela disse que: *“ficava meio assim, porque eu sou meio difícil de fazer amizade”*. Até que um dia uma das companheiras fez o convite e a levou para as reuniões.

Agora eu já estou há dois anos vindo para cá. E eu não vejo a hora de chegar quinta-feira para estar no meio da mulherada.

Lúcia também me contou que vivia deprimida e isolada até começar a integrar o coletivo. Disse que tinha resistência em participar, primeiro porque acreditava que não tinha muito com o que contribuir e, em segundo, porque seu marido a desencorajava.

[...], mas aí as mulheres tudo junto, e para um pouco, e toma café, e conversa e... aí meu marido pega e fala “para com isso mulher, você não tem mais idade para estar aí não”. Eu falo “não tenho mais idade para ficar isolada dentro de casa, mas enquanto eu tiver tendo força, você não pode se meter não. Porque se você começar a me prender, [e eu não puder] nem juntar com as meninas numa horta, no coletivo feminino. Eu vou te largar sozinho aqui e vou embora”. Mas tem horas que é difícil, sabe? Tem horas que eles não entendem que a gente precisa de uma atividade, de se juntar com as outras. Ter a liberdade da gente.⁵³

Lúcia me contou que chegou até o Quilombo Campo Grande para cuidar de seu ex-marido, que havia sofrido um acidente e necessitava de cuidados, desde então, acabou ficando. Hoje, inserida no coletivo de mulheres, ela encontrou propósito para seguir sua vida no campo e a cuidar de si mesma.

Saffioti (2013) indica que para a mulher ter um trabalho significa muito mais do que receber um salário, significa, sobretudo “participar da vida comum, ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer a cultura, sentir-se menos insegura na vida” (SAFFIOTI, 2013, p. 96).

Para mim é tipo um lazer estar aqui, não é só o trabalho, não é só dinheiro que importa, o que importa é a gente se reunir no grupinho,

⁵³ Relato de Lúcia durante realização de entrevista de grupo focal na horta, no dia 25 de fevereiro de 2021.

*como a gente está aqui, bater papo, conversar, contar o que acontece na vida da gente. né?*⁵⁴

O relato de Lúcia e de Diná deixa evidente a importância que a participação no coletivo trouxe para suas vidas, além de contribuir para a permanência na terra e ter a oportunidade de estar entre mulheres, foi importante pois por meio de sua inserção neste espaço ela soube que era capaz de se inserir em outros espaços do Movimento.

Ao refletir sobre sua inserção no coletivo de mulheres, Kallen disse que:

Entrar para o coletivo de mulheres Raízes da Terra, para mim, foi muito importante porque a gente, dentro do coletivo, a gente entende a potência e a força que é a mulher na luta. Na luta e na terra. As mulheres estão diretamente ligadas à produção, diretamente ligadas ao beneficiamento, diretamente ligadas à comercialização, ao cuidado da terra. Então estar com elas me fortalece enquanto mulher, enquanto militante, enquanto profissional da agronomia e enquanto lutadora do povo.

Além da consciência de si, da alimentação saudável e dos apoios, a autoestima também é pauta de encontros:

*E outro cuidado que temos também, além desse do emocional, é o cuidado com a nossa aparência. Muitas vezes a gente faz encontro para se cuidar. Quem sabe cortar um cabelo, vai cortar o cabelo da amiga. A outra sabe fazer um banho no cabelo, e tudo natural, banho assim com abacate, usamos shampoo que nós preparamos também. A outra sabe fazer unha, vai fazer unha, a outra sabe fazer massagem, vai fazer também [...] é um dia assim maravilhoso. Aí tem os nossos produtos também que a gente faz gel de massagem. Ah, vou te falar, a gente sai naquele dia pisando em nuvens, e tira sobrancelhas, e faz unha, e faz massagem, faz alongamento*⁵⁵.

Interessante notar, a partir dos relatos e da observação, que a relação que as mulheres estabelecem entre elas possui significados que estão fora da sociabilidade burguesa, que impõe relações individualistas. Essas outras sociabilidades produzidas

⁵⁴ Relato de Diná em entrevista de grupo focal.

⁵⁵ Relato de Dona Ricarda em novembro de 2021.

são possíveis, acredito, por conta da auto-organização delas e do contexto do movimento social. Isso tem a ver com o desenvolvimento de uma outra ética, onde não existe competição, mas mutualidade/cumplicidade. Elas se ajudam, cuidam e se apoiam.

3.2 ORGANIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA POLÍTICA DO TRABALHO COLETIVO

Além da geração de renda e da superação das dificuldades cotidianas, o Coletivo Raízes da Terra foi construído para unir as mulheres e inseri-las nos espaços políticos. Não para tratarem apenas de assuntos relacionados a questão de gênero, mas para também a envolverem nas instâncias de coordenação e setores do Movimento. Em relação a isso, o Coletivo tem avançado.

Dona Ricarda me contou que, antigamente, mesmo existindo as deliberações do Movimento em relação a questão de gênero, a participação efetiva das mulheres era coisa que “*ficava só no papel, ocupando as páginas de uma ata*”⁵⁶. Além do mais, havia muitos homens que não permitia que suas esposas frequentassem os espaços de decisões e militância. Isso passou a ser transformado na medida em que as mulheres foram se auto-organizando e conquistando seus espaços. A construção da horta comunitária de plantas medicinais e aromáticas foi decisiva neste processo. Conforme o relato de dona Ricarda:

[...] nós tínhamos esse lugar ao sol, mas era entre aspas, era para a hora em que precisava fundar uma associação, aí tinha que ter 30% de mulheres. O nome aparecia lá [no documento], mas era só o teu nome. Voz e vez você não tinha.

⁵⁶ Isto porque as mulheres têm que ocupar o mínimo de 30% das coordenações e setores e porque a posse do lote se dá no nome da mulher em primeiro lugar, depois do marido. Embora já existissem essas deliberações, na prática elas não tinham muita “voz”.

Com o tempo elas foram “*criando moral, aí parou este negócio de você apenas ocupar as páginas de uma ata*”, segundo Dona Ricarda. Importante reforçar que esta foi uma conquista das mulheres a partir de muita luta.

Kallen indicou que as mulheres sem-terra são mulheres que foram historicamente deixadas à margem da sociedade e silenciadas. Enquanto indivíduos socializados na sociedade burguesa, elas vêm para o movimento carregando preconceitos, valores individualistas e baixa autoestima.

[...] isso é o que o capitalismo faz com a gente, colocar os problemas sociais como se eles fossem individuais, enquanto eles são coletivos. Então, os problemas das mulheres, enquanto a sustentação da vida, quanto a uma vida livre de violência, isso tudo parece ser muito individual, mas quando as mulheres se unem [elas percebem] que isso é coletivo e que todas elas passam por isso, e aí que elas buscam uma solução para isso, e que isso só é possível coletivamente, o que dá sentido ao coletivo dentro da proposta de mudar o mundo mesmo⁵⁷.

Mas o Coletivo tem contribuído na formação de consciência do lugar que ocupam no mundo, e isso é revolucionário. O Coletivo tem contribuído, a partir de seus espaços de formação e trocas, com o fortalecimento do engajamento na luta.

Logo, a construção de um novo projeto societário, tal como defendido pelo projeto popular do MST, só pode ser possível a partir da consciência e da luta coletiva das mulheres. E, como consequência deste processo, as mulheres do Raízes da Terra têm compreendido que a maioria dos problemas que elas passam na vida são coletivos. Elas me contaram que quando as mulheres se juntam, elas passam a ter consciência disso. Ao perceberem que alguns problemas e dificuldades que passaram - e ainda passam - pela vida se referem a questões estruturais da sociedade, passaram a pensar juntas as estratégias para superação destes problemas, e isso passava pela tomada de consciência de seus lugares na sociedade.

Porque são mulheres que as vezes não tem escolaridade, são mulheres que não têm acesso à terra, em sua maioria são negras, ou pardas ou negras. Então, [...] eu acredito que nessa relação que temos

⁵⁷ Relato de Mahara.

construído, que é de confiança, de força, de sabedoria... avançar mesmo na produção, na geração de renda e no nosso engajamento político. Porque um dos objetivos do Coletivo de Mulheres Raízes da Terra, é fortalecer que nossas mulheres estejam engajadas na luta, porque o que mais acontece, às vezes, é elas ficarem isoladas nos lotes e só os maridos que vão para as reuniões, só os maridos que participam da luta. Então, esse espaço no coletivo também é um espaço para fortalecer a nossa presença enquanto mulher, sendo jovem, sendo mais velha, seja com escolaridade ou sem escolaridade, a nossa presença na luta⁵⁸.

Com o tempo, e a partir dos encontros, das conversas, das reuniões e dos espaços de formação, elas foram adquirindo a consciência de que todas elas possuem algo para ensinar e compartilhar. Débora comentou que era comum ver companheiras dizendo “*ah, eu não sirvo para nada*”, mas que isso muda conforme a convivência coletiva, elas ganham autonomia e consciência de seu papel no coletivo e no mundo.

Então enquanto a gente está trabalhando de uma forma coletiva, que seja no mutirão, desse momento a gente tira tanto conhecimento, de vida, de conhecimento, de angústias, de vontades, de desejos, de sonhos, que a gente pode de alguma forma contribuir, de forma coletiva, juntas, no objetivo que a gente busca. Então, para nós do coletivo é enriquecedor isso, porque a gente pouco para na forma individual de ver, de pensar o que nosso companheiro, nossa companheira, nosso vizinho, ele sonha. O que ele quer fazer, o que eles acham importante na vida⁵⁹.

Juntas elas conseguem perceber as injustiças e desigualdades que o capitalismo lhes impõe. Juntas elas criam consciência e armas para lutar e resistir. Juntas elas aumentam a autoestima e superam seus traumas.

É que muitas das vezes ela não socializou, não dividiu um problema que ela vai carregar para a vida toda. Se ela não estiver junta de outras mulheres... porque a confiança [...] vem de parte da convivência, da coletividade. Então, assim, além do objetivo do coletivo de mulheres, que é a produção, que é gerar renda para essas mulheres, independência... É também a gente partilhar deste conhecimento, das

⁵⁸ Relato de Kallen.

⁵⁹ Relato de Débora, 31 de maio de 2021.

*dores e das angústias, superar juntas os sofrimentos que a gente passa durante a vida e as vezes continua passando.*⁶⁰

Nenhuma mulher é incluída no coletivo com o objetivo de apenas gerar renda, mas de pensar a vida, de valorizar seus trabalhos e ocupar espaços, de saber da importância da sua voz e de seus posicionamentos. Que tem direito a receber dinheiro e gastar da maneira que lhe convier. De saber que possuem o direito de sonhar.

Mahara ressalta que *“a partir do momento em que essas mulheres coletivamente conseguem enxergar a importância do seu trabalho e que isso tem valor e importância, é um ganho para toda a coletividade dessa comunidade”*.

Então, de acordo com observações e conversas em trabalho de campo, foi possível verificar que a participação das mulheres do QCG nos processos de organização coletiva realmente mudou suas vidas, tornando-as mais conscientes e seguras de si. A partir da inserção no coletivo, elas passaram a perceber que possuíam saberes e passaram a compartilhar com as demais mulheres. Em conversa, uma delas me contou que antes de fazer parte do grupo sentia vergonha em participar dos espaços coletivos e de falar em público, mas que agora ela se sente mais confiante e que não deixa de opinar nos espaços de decisões⁶¹.

3.3 AGRICULTURA CAMPONESA E AGROECOLÓGICA

Além do cuidado com a vida humana, outro aspecto importante que é bastante presente no discurso e prática das mulheres, é o cuidado e defesa da natureza. Faz parte da ética do coletivo não utilizar venenos, embelezar seus quintais, fazer compostagem, utilização de fossas ecológicas e incentivar suas filhas e filhos a cuidarem e amarem a natureza.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Dado obtido através da entrevista de grupo focal, 25 de fev. de 2021.

Figura 15. Diná em seu quintal



Fonte: Acervo pessoal, 2021

O espaço que hoje é a horta de plantas medicinais e aromáticas do Coletivo de mulheres Raízes da Terra, já foi um pasto e tinha o solo degradado. Para que o espaço se transformasse na horta viva e diversa que existe hoje, foi necessário um trabalho intenso de recuperação do solo. Trabalho este que as mulheres guardam muito orgulho e que eu compreendo enquanto uma das expressões do cuidado em torno das atividades do Coletivo.

É uma troca de amor, de paixão. É amor, porque eu vou falar para você, só fica em cima da terra quem ama a terra. Porque a coisa mais gostosa é você por uma semente com amor, dependendo da semente, 3 ou 4 dias, você vai lá e ela já está sorrindo para você. Passa 3 meses e ela está te dando flor. Passa mais 2 meses, semente, fruto.⁶²

⁶² Relato de Dona Ricarda.

O modo com que as mulheres desenvolvem a agricultura, de base agroecológica, na horta medicinal demonstra uma riqueza de experiências ancoradas na tradição camponesa e atualizadas pelo acesso ao conhecimento científico, graças às parcerias que desenvolvem com instituições de ensino superior (como UNIFAL e IFF-Machado).

Algumas das mulheres do coletivo trazem este conhecimento da família, mas outras, principalmente entre as que vieram das cidades, embora tragam na ancestralidade de seus pais e avós, passam a ter contato a partir do momento em que chegam nos territórios do Quilombo Campo Grande.

Historicamente, as mulheres têm sido as agricultoras de subsistência do mundo, sendo responsáveis por grande parte da produção familiar de alimentos. Além disso, têm sido também as principais guardiãs de sementes e portadoras dos conhecimentos sobre as plantas medicinais e seus usos, sempre priorizando a biodiversidade dos espaços onde vivem (LIMA; PEREIRA, 2020; FEDERICI, 2019).

As mulheres do coletivo praticam a agricultura de base agroecológica, especialmente na horta coletiva de plantas medicinais e aromáticas, mas também em suas casas.

A agroecologia, de acordo com Kallen, é um modelo produtivo antagônico ao agronegócio e que não se restringe ao não uso de venenos, agrotóxicos e adubos químicos. É também a proposição de outras relações sociais, como, por exemplo, as de gênero.

Porque também não adianta eu comer um pé de alface sem veneno, mas as mãos daquela companheira que colheu aquela alface, apanha. Não adianta, por exemplo, tomar uma cachacinha que é produzida através da cana, mas que as companheiras que colhem aquela cana, praticamente a relação de trabalho que elas têm ali, é relação análoga à escravidão. [...] Então a agroecologia engloba tudo isso. Porque ela não é só produção, ela é também as relações humanas.

Ela completa dizendo que o capitalismo, ao longo de seu desenvolvimento, organizou a sociedade de modo a nos distanciar da natureza, de modo que não nos reconhecemos nela, como se nós fossemos algo diferente da natureza.

Então quando a gente está ali, cuidando e manejando na terra, consumindo alimentos saudáveis, tendo acesso às plantas medicinais, para também ter acesso à nossa medicina, não só o nosso alimento, mas a nossa medicina, a nossa casa, a nossa moradia, o acesso à água, à natureza. A gente está ali fazendo esse manejo, esse cuidado, esse toque com a terra, e ela está devolvendo para a gente em alimento, em remédios, em medicina, em abrigo. Então gera condição de vida, de humanidade [...] de dignidade. Cuidar da terra e ela cuidar da gente é possibilitar que a gente construa a nossa dignidade enquanto ser humano.

A agroecologia tem se revelado um lugar privilegiado de domínio das mulheres e para a superação do modelo capitalista de produção baseado no agronegócio. Isso porque a agricultura camponesa agroecológica não é só produtiva, “ela busca uma harmonia nas relações dos seres humanos entre si e com a natureza, respeitando suas diferenças, suas limitações e oportunidades, resgatando saberes ancestrais que foram adquiridos nessa relação harmônica e respeitosa (LIMA; PEREIRA, 2020, P. 94).

As mulheres, então, possuem uma visão condicionada socialmente a preocupação com a comunidade e natureza ao redor. E, a partir das experiências das mulheres inseridas no coletivo, percebe-se que elas desenvolvem e incentivam relações de cooperação, fraternidade e respeito com a natureza. Elas compreendem e respeitam as necessidades ambientais ao mesmo tempo que alimentam e fornecem produtos de maneira segura e diversa. Além do mais, elas se sentem integradas ao todo.

A terra funciona no sentido da abundância. Se você deixa a terra ali, que está totalmente degradada, descansando, cercar e nada acontecer, ali começa a vim as plantas menores, e depois já começa os arbustos e depois vem árvores. Ela funciona totalmente no sentido da vida, da abundância, e a mulher tem isso, né? De funcionar na vida, na abundância⁶³.

⁶³ Relato de Kallen.

Débora diz que o cuidado com o solo e com a natureza de modo geral é um dos lemas e temas permanentes do coletivo. Ela me disse que

[...] desde o espaço que a gente trabalha [e que] tem certificação orgânica, lá não entra veneno, lá não entra adubação química, desde o espaço do banheiro que a gente usa, que a fossa é ecológica. Desde o espaço que a gente fala, do embelezamento dos nossos quintais. Onde que o plástico tem que ir. O reaproveitamento das cascas, das matérias orgânicas, desde das compostagens, desde de incentivar aos nossos filhos a darem valor para a natureza, a água, a plantar árvores, esse é um dos lemas que a gente tá todo dia, toda hora, está falando. Principalmente com a criança que é o nosso futuro. Então esse sim é um dos nossos temas e lemas permanentes. É a natureza!

Isso vai de acordo com o entendimento do MMC de que

A agricultura camponesa agroecológica tem como centralidade o cuidado com o ambiente e a amplitude das questões ambientais, compreendidas por nós como necessárias para que a vida seja plena [...] Daí é que nasce e se revigora em nossas práticas cotidianas o cuidado com as nascentes e fontes de água, o uso sustentável do solo para manter o equilíbrio dos nutrientes que asseguram uma produção saudável e diversificada, livre do uso de insumos sintéticos e dos venenos que tanto agridem todas as formas de vida, poluindo as águas, o ar, o solo, envenenando e intoxicando todos os seres vivos dentre eles, nós, os seres humanos. (CAVALCANTI; SILVA; KREFTA, 2020, p. 113-114)

Assim, compreende-se que a mulher camponesa sem-terra desenvolve uma práxis em que reafirma o papel da mulher na perpetuação da agricultura camponesa que cuida, zela e coloca a centralidade da vida como princípio.

3.4 SABERES TRADICIONAIS

De acordo com Débora, toda mulher carrega dentro de si um conhecimento, “*ela tem o saber popular*”. Em relação à escolha do cultivo das plantas medicinais e

aromáticas como meio para organizar as mulheres e gerar renda, Débora disse que foi porque:

[...] é um trabalho que a gente precisa fortalecer, não só enquanto movimento sem-terra, mas também no sistema de saúde. Porque é um cuidado e um trabalho que é solidário, um trabalho enriquecedor por conta do conhecimento das nossas, como nós chamamos, das nossas bruxas e tem aí o conhecimento popular de manipulação e conhecimento dos fitoterápicos e dos princípios ativos.⁶⁴

Segundo Silvia Federici (2019, p. 48), “o uso dos saberes tradicionais para atendimento à saúde primária [...] sempre foi realizado por nossas ancestrais dentro de casa, foi sempre gratuito e realizados por conta do amor e afeto que tinham conosco”. Todavia, com o passar de gerações, conforme nos distanciamos da natureza, nos distanciamos dos saberes tradicionais também.

Ficou um elo perdido entre as gerações. Porque a própria mídia, desde os anos 50, começa a influência das comidas prontas, enlatadas, dos remédios para tudo, desde o melhoral, aspirina, eno... e isso vai fazendo a cabeça das pessoas. [...] Sendo que a minha geração, desde criança e até hoje, ‘você está com má digestão? Limão e bicarbonato’. [...] Então [as pessoas] foram se distanciando⁶⁵.

Perguntado sobre a origem destes saberes, Débora respondeu que sempre esteve no coletivo de saúde, pelo menos desde quando ela chegou. Mas para além disso, este conhecimento vem de seus antepassados.

Quando não existia medicina, já existia os conhecimentos populares [...] é uma herança dos índios, principalmente aqui do Brasil, o conhecimento das ervas, [...] do solo, da argila, das ervas, das árvores, das cascas. Então, esse conhecimento vem daí, dos [...] antepassados.⁶⁶

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ Relato de Dona Ricarda.

⁶⁶ Ibidem.

Débora contou que sua bisavó era raizeira, parteira, sabia dos unguentos, dos chás, dos repousos. “*Eu tenho essa graça na minha vida que é de trazer um pouco desse conhecimento popular e agora com esse conhecimento mais científico das plantas*”. Obed, mãe de Débora, diz que seus conhecimentos sobre as ervas:

já veio desde quando eu nasci, eu já conhecia um tanto, mas eu fui acabar...acabei não, ainda estou conhecendo, dá para conhecer muito mais. Mas saber os princípios ativos, a quantidade que toma, os cuidados que a pessoa tem que ter para saber o que tomar, o que pode tomar e o que não pode. Mas a vida toda eu dei remédio para os meus filhos e para mim mesma. Meus pais também já conheciam, e nunca morreu. Sempre tomei, desde criança. Mas que eu vim mesmo aprofundar no conhecimento foi aqui.

Embora o conhecimento agroecológico e das medicinas da natureza já era comum entre algumas mulheres, elas perceberam a necessidade de buscarem capacitações para otimizar e padronizar a produção. Assim, passaram a ir atrás de parcerias com universidades, como o Instituto Federal de Machado e a Unifal-MG. Tiveram acesso a projetos de emenda parlamentares e de extensão universitária, o que fez com que avançassem. Elas dizem que sabem que o que produzem é bom, mas que sabem que precisam se adequar em alguns sentidos à qualidade do mercado para conseguirem alcançar um maior retorno financeiro.

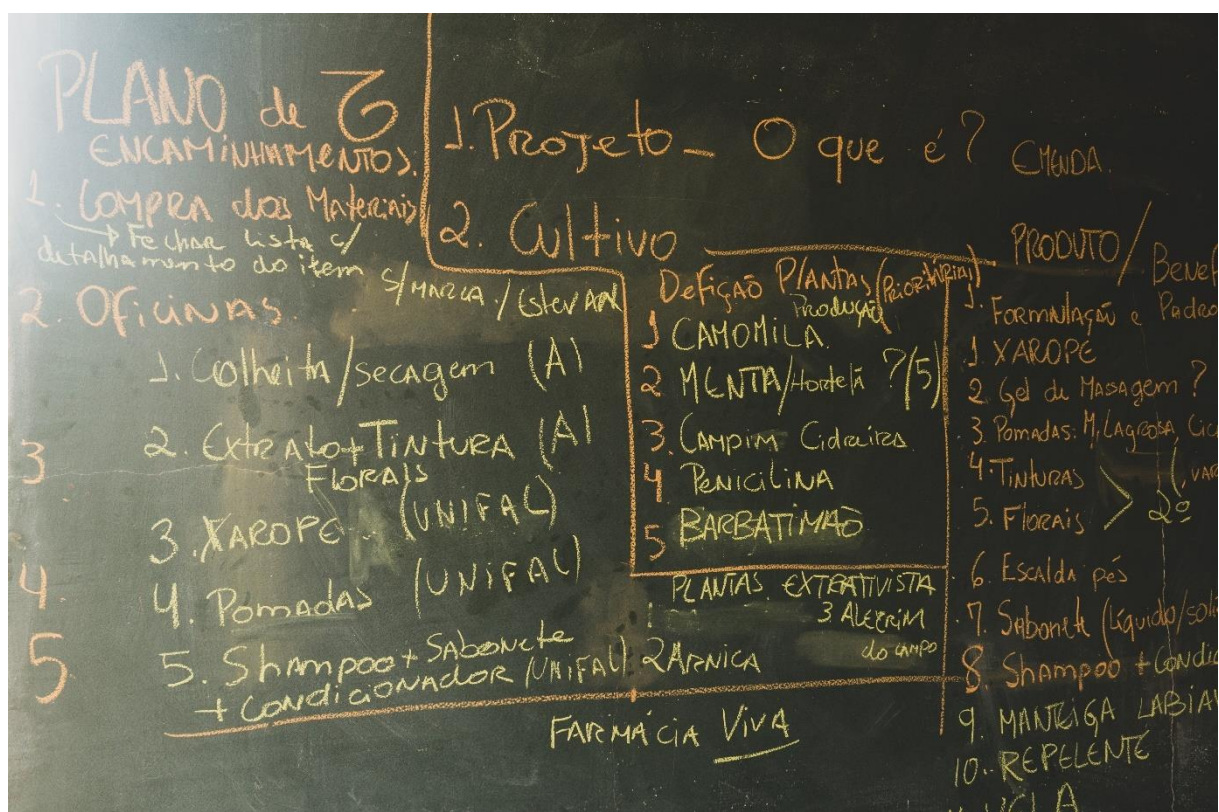
Monetizar esses saberes é reapropriar, e tornar visível, os conhecimentos e trabalhos delas mesmas e de suas ancestrais. É transformar o cuidado, que sempre foi doado, em trabalho e em estratégia para alcançar a autonomia econômica. Silvia Federicci (2019), ao escrever sobre o Movimento de mulheres estadunidenses que reivindicavam salário para o trabalho doméstico, defende que “contra qualquer acusação de ‘economicismo’, devemos lembrar que dinheiro é capital, ou seja, é o poder de comandar o trabalho. Portanto, reapropriar daquele dinheiro [...] significa, ao mesmo tempo, destruir o poder do capital de extrair mais trabalho de nós” (2019, p. 48).

As mulheres do Coletivo Raízes da Terra têm se empenhado em aprender ainda mais sobre as práticas que trouxeram de seus antepassados, tanto em relação a padronização dos produtos, desde os xaropes, chá, ervas... No entanto, elas afirmam que o tempo de trabalho no solo é cíclico, não corresponde ao tempo do

mercado. É necessário esperar o tempo certo para plantar e até mesmo para fazer as regas. Até para colher tem um horário certo do dia. Tem um jeito certo de tirar a erva do pé, época certa da poda. Sabem o horário em que o princípio ativo das plantas está mais forte. Além disso, elas têm refletido que o objetivo não é padronizar seus produtos para as exigências do mercado, porque isso iria contra seus saberes. Essa reflexão ocorreu durante uma oficina sobre economia feminista que participaram em fevereiro de 2021 e no qual estive presente.

Neste sentido, elas têm passado por uma série de espaços de formação, um deles foi em parceria com a UNIFAL-MG por meio de recurso obtido por uma emenda parlamentar no âmbito do Programa de Extensão “Semeando a terra: ações de fortalecimento da agroecologia e soberania alimentar no Sul de Minas Gerais”. Por meio desta parceria, as mulheres participaram de uma série de oficinas realizadas por professores do curso da farmácia da UNIFAL-MG, eu pude estar presente em algumas delas. As oficinas aconteceram entre 2020 e 2021, e abrangeu desde o processo de colheita de ervas até o processo de destilação e embalagem, passando por outros processos (Figura 8).

Figura 16. Definição do Plano de trabalho das Oficinas de farmácia



Fonte: Acervo pessoal. 2020

A primeira oficina aconteceu no dia 11 de setembro de 2020. Nessa oficina estavam presentes 6 mulheres do coletivo (Tuíra, Débora, Mahara, Dirce, Conceição e Obede) e foi-se discutido sobre a estruturação do plano de trabalho com as ervas medicinais. O encontro iniciou com o café coletivo. Após o café, as mulheres fizeram uma mística que tinham preparado para nós. Cada mulher do coletivo estava com uma planta na mão, tinha gengibre, erva cidreira, *ora pro nobis*, batata doce, entre outras. Uma por vez foi apresentando uma planta e suas propriedades medicinais (Figura 17).

Depois desse ato, Conceição foi passando de pessoa por pessoa com um óleo essencial que ela colocava nos pulsos de quem estava ali, simbolizando o cuidado por meio do fitoterápico (Figura 18).

Figura 17. Mística de abertura da Oficina de Farmácia Verde/Viva



Fonte: Acervo pessoal, 2020

A segunda oficina em que participei foi no dia 15 de dezembro de 2020. Dessa vez eu fui especificamente para a oficina, não passando mais do que um dia no assentamento. Chegamos bem cedo no espaço do Viveiro onde aconteceria o curso, fomos recebidos com um farto café da manhã comunitário, cada uma chegava com alguma coisa para partilhar na mesa.

Neste dia estavam presentes 14 mulheres que vivem nos assentamentos e acampamentos, além de alguns professores da UNIFAL-MG. Além de nós, havia uma mulher na cozinha para preparar a refeição que seria servida no intervalo para o almoço.

Um dos professores da farmácia iniciou a oficina ressaltando a importância da manutenção dos saberes populares com as ervas medicinais e de como isso contribui para a preservação dos conhecimentos e da biodiversidade.

Figura 18. Momento de cuidado na abertura da oficina de farmácia viva



Fonte: Acervo pessoal, 2020

Diferente da oficina anterior, essa foi mais prática. A princípio seria realizada no laboratório da UNIFAL-MG, mas por conta da pandemia, tiveram que adaptar e realizar no assentamento, com todas as medidas de segurança possíveis. Foi abordada na oficina técnicas de produção dos fitoterápicos, como moagem e extração dos princípios ativos.

Foi interessante observar as trocas que aconteciam nesse espaço. Os professores eram interrompidos muitas vezes pelas falas das mulheres que expunham seus próprios modos de fazer, sendo que algumas vezes traziam a memória de suas mães e avós. *“Do lugar onde eu vim, costumam fazer assim...”*; *“[...] chifre de boi para lombriga”, “xixi de boi para tosse”, “Meus filhos só tomam remédio do mato, posso contar na mão as vezes em que precisei tomar antibiótico”*.

Os diferentes saberes se complementavam, aqueles que foram até lá para ensinar, também aprenderam. Enquanto um dos professores detalhava sobre como

deveria ser feita a colheita da planta, Obed complementa *“além disso, tem que estar de bem com a vida!”*.

Foi possível compreender um pouco de perto como se dá o diálogo dos saberes científicos e tradicionais e de como ele é potente. Como que cada um desses saberes elabora os significados e representações, cada um nos seus próprios termos, que muitas vezes são até mesmo convergentes. Como por exemplo quando fomos dar uma volta na horta coletiva (Figura 19). Presenciei a cena em que Obed e um dos professores da Farmácia caminhavam entre as ervas, as vezes era um que explicava *“essa planta tem eficácia para dor”*, as vezes era o outro que contava *“essa planta aqui tem que ser cultivada assim...”*

Figura 19. Obed durante visita a horta de Plantas medicinais e aromáticas com os professores da UNIFAL-MG



Fonte: Acervo pessoal, 2020

Elas têm tido o apoio de uma companheira que é militante do MST, doutoranda em agronomia e que estuda as plantas medicinais. Ela tem prestado assistência

técnicas para os assuntos relacionados à horta e constantemente ressaltado sobre a importância de manter um produto de qualidade. Isso é importante e fortalece o coletivo.

O sonho das mulheres é construir uma agroindústria para produzirem seus produtos em maior escala e alcançarem a autonomia financeira. Como dito anteriormente, a renda tirada por elas ainda é pequena. Recentemente foi aprovada uma emenda parlamentar, pela deputada Beatriz Cerqueira (PT), para tornar esse sonho possível. No entanto, mesmo que elas participem de diversos espaços de formação, sendo um deles inclusive com professores da farmácia, elas não pretendem mudar seus modos de fazer. Em uma das reuniões em que eu participei, logo após a oficina de farmácia, pude ouvi-las dizendo que “*não existe padronização no saber popular*” e que “*aquilo é capitalismo*”, se referindo às técnicas ensinadas pelos professores.

No dia 19 de fevereiro elas participaram de uma oficina sobre Economia Feminista, conforme já mencionado, nesta oficina foi-se discutido sobre as diferenças de estratégias utilizadas pelo mercado para venderem seus produtos. Compreendi, por meio da observação, que elas possuem consciência das diferenças existentes entre os produtos do “mercado” e os seus produtos, e não querem renunciar a seus modos de fazer.

CONCLUSÃO

As mulheres têm sido historicamente responsáveis por apagar os incêndios deixados pelo rastro dos homens (civilização) em seu caminho rumo ao desenvolvimento. Embora esta responsabilidade tenha perpetuado a exploração, não-reconhecimento e sobrecarga nas mulheres, contribuindo para a manutenção do patriarcado, ainda assim se trata de algo essencial para a garantia da continuidade da vida humana.

Conforme exposto ao longo deste trabalho, essas atividades desempenhadas quase que exclusivamente pelas mulheres ao longo da história são denominadas, a partir da literatura marxista e feminista, de reprodução social. Este conceito foi entendido, e ampliado, de diversas maneiras entre autoras/autores e feministas. Mas para o desenvolvimento desta pesquisa, o conceito foi tomado para compreender as expressões do cuidado ancorados no trabalho coletivo desenvolvido pelas mulheres sem-terra

O Coletivo de mulheres Raízes da Terra está inserido em uma área de conflitos, que envolve a antiga usina Ariadnópolis, um dos mais emblemáticos de Minas Gerais. Embora algumas mulheres já estejam assentadas, a maioria ainda está acampada e isto gera instabilidade e dificuldades para adaptação e permanência na terra, ainda mais porque muitas delas vieram de contextos urbanos e sequer já viveram no campo.

Conforme discutimos, especialmente no capítulo 3, antes da construção e inserção das mulheres no coletivo, muitas delas se sentiam isoladas e com vontade de ir embora. Mas foi a partir do Coletivo de mulheres que elas desenvolveram o sentimento de pertencimento ao Movimento e se sentiram acolhidas ou ofereceram acolhimento, dando outros significados para a reprodução social. Isto porque, conforme as mulheres se aproximam do Coletivo e passam a trabalhar na horta comunitária, elas tendem a desenvolver uma relação de maior preocupação e cuidado com a natureza e com a vida de forma geral, especialmente consigo mesmas.

A partir das experiências das mulheres do Coletivo Raízes da Terra, se deu a tentativa de compreender suas relações com o cuidado a partir do trabalho coletivo e do contexto do Movimento Social. O objetivo geral da pesquisa foi compreender os

sentidos construídos em torno do cuidado nas atividades desempenhadas na horta agroecológica de plantas medicinais e aromáticas, no contexto do trabalho coletivo e inserção no Movimento Social.

Para cumprir com o objetivo, e a partir dos dados coletados em campo, foi-se criado quatro eixos analíticos segundo os quais foram localizadas expressões de cuidado que delinearam as relações produzidas pelas mulheres em outros modelos que não correspondem aos da sociedade burguesa, são eles: Práticas de cuidado; Trabalho coletivo; Agroecologia e Saberes tradicionais.

A partir destes quatro eixos analíticos, percebe-se que as mulheres disputam novas narrativas a partir de suas vivências, desenvolvendo “outra” ética na qual o cuidado e a sustentabilidade da vida tomam outros delineamentos, tanto em relação às suas vidas quanto da comunidade no geral. Isto porque, como expresso em seus relatos, este cuidado não está centrado para a reprodução do capital, mas para a produção de sentidos de suas próprias existências. Suas experiências são ricas pois apresentam um outro modo de ser, outros valores, que podem contribuir para imaginarmos uma nova forma de estruturação da sociedade que incorpore e valorize a riqueza do universo feminino.

Entendo que olhar mais de perto para as práticas e sociabilidades que as mulheres do Coletivo Raízes da Terra têm experimentado dentro de suas realidades, pode nos fornecer elementos para se pensar em uma outra “ética” em que a vida e o cuidado estejam ao centro, e elas reconhecidas como sujeitos essenciais deste processo. Isto porque o Coletivo de mulheres diz respeito a um espaço que permite e potencializa o desenvolvimento de outras possibilidades de relações sociais e políticas, onde elas conseguem se realizar enquanto indivíduos de forma mais plena e fortalecer suas autonomias.

Em relação ao trabalho coletivo, a relação que as mulheres estabelecem entre elas possui significados que estão fora da sociabilidade burguesa, que impõe relações individualistas. Essas outras sociabilidades produzidas são possíveis, acredito, por conta da auto-organização delas e do contexto do movimento social. Isso tem a ver com o desenvolvimento de uma outra ética, onde não existe competição, mas mutualidade/cumplicidade. Elas se ajudam, cuidam e se apoiam.

Esta discussão não chegou nem perto de se esgotar e muitas lacunas ficaram abertas, possibilitando uma agenda de pesquisas futuras. Mas, por enquanto, o principal resultado aponta para a potência política em se pensar outros projetos de sociedade a partir das experiências de mulheres em diferentes lugares. Isto porque produzir e lutar pela vida, nesse sistema capitalista, patriarcal e de morte, é revolucionário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Itamara; JESUS, Cleidineide Pereira. Feminismo Camponês e Popular: Uma abordagem antirracista. In: MEZADRI, Adriana Maria et al (org.). **Feminismo Camponês Popular: Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 75-86.
- AMARAL, Maísa Maria Baptista Prates Do. **Questão de gênero e MST: Os coletivos de auto-organização das mulheres no Espírito Santo**. 2018. 156 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.
- BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social?** Revista Outubro, n. 32, p. 99-113. 2019
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo**. Sociedade e cultura, v. 10, n. 1, jan. /jun. 2007, p. 11-27.
- BRANT, Nathália Lopes Caldeira; CAPUCHINHO, Michelle Neves. **Serviço Social e Educação do Campo: a construção da turma do curso técnico em agropecuária no IFSULDEMINAS-Campus Machado junto ao MST**. 2019. Completar referência!
- BURG, Ines Claudete; LOVATO, Paulo Emilio. **Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero**. Revista Brasileira de Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007, p. 1522-1528. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/6593/4898>>.
- CARDONA, Juan Camilo de los Ríos et al. Desenvolvimento Rural: Do agrícola ao territorial. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco W. (org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2016. p. 108-116.
- CARRASCO, Cristina. **A economia feminista: Um panorama sobre o conceito de reprodução**. Temáticas: Revista dos pós-graduandos em ciências sociais IFCH – Unicamp, n. 52, ano 26, p. 31-68, 2018.
- CAVALCANTI, Maria; SILVA, Maria Lucivanda Rodrigues; KREFTA, Noemi Margarida. **Alimentação Saudável: Somos o que comemos!** In: MEZADRI, Adriana Maria et al (org.). **Feminismo Camponês Popular: Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 87-98.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas et al. **Agroecologia e territorialidades camponesas em Campo do Meio – MG**. Campo-Território: Revista de Geografia agrária, v. 14, n. 34, p. 168-186, dez., 2019.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas et al. **Quando para impedir a Reforma Agrária vale até destruir escolas: A direita autoritária contra o acampamento**

Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio – MG. NERA. Presidente Prudente, julho de 2020, número 151.

CONTE, Isaura; CALAÇA, Michela; TABORDA, Noeli Welter. **Divisão Sexual do Trabalho**. In: MEZADRI, Adriana Maria et al (org.). **Feminismo Camponês Popular: Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 123-133.

CORRÊA, Antony; AZEVEDO, Jade; SOUZA, Lucas. **Reforma Agrária Popular: Um projeto de sociedade construído no campo**. MST, 2020. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/10/03/reforma-agraria-popular-um-projeto-de-sociedade-construido-no-campo/>>. Acesso em: 26 de ago. de 2021.

DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.). **Descolonizar o imaginário** - debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Fundação Rosa Luxemburgo. Editora Elefante. São Paulo, 2016.

DOTTA, Rafaella. Sul de Minas: área do MST emprega 80% mais que fazenda de café. **Brasil de Fato**, Campo do Meio, 30 de nov. de 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/11/30/sul-de-minas-area-do-mst-emprega-80-mais-que-fazenda-de-cafe/>>. Acesso em: 25, ago. de 2021.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação primitiva** (Coletivo Sycorax, trad.). São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; MATTOS, Luís Cláudio. **Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia**. Agroecologia, v.69, p. 38-43. 2017.

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, resistência e emancipação: O modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná**. 2008. 311f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2008.

HIRATA, Aloísia Rodrigues. **O Sistema Participativo de Garantia do Sul de Minas**. Pouso Alegre: IFF Sul de Minas, 2020.

JAHN, Elisiane de Fátima; SANTOS, Geneci Ribeiro dos; RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha. **Economia Feminista e as Mulheres Camponesas**. In: MEZADRI, Adriana Maria et al (org.). **Feminismo Camponês Popular: Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 133-144.

JÚNIOR, Carlos Alberto Severo Garcia; VERDI, Marta Inês Machado. **Interdisciplinaridade e complexidade**: uma construção em ciências humanas. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, v. 12 n.2, Jul.– Dez. 2015

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**: Um guia para pesquisa de campo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Maceió, Alagoas: Edufal, 2011.

KHEEL, Marti. A contribuição do ecofeminismo para a ética animal (2019), ecofeminismo. In: ROSENDO, Daniela; OLIVEIRA, Fabio A.G.; CARVALHO, Priscila; KUHNNEN, Tânia A. **Ecofeminismos**: Fundamentos teóricos e práxis interseccionais. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019. cap.1, p.29-40.

KUHNNEN, Tânia Aparecida. **Marcha das Margaridas**: Apontamentos para um (eco)feminismo latino-americano. Sul-Sul: Revista de Ciências Humanas e Sociais, 24f. 2020.

LIMA, Clara Regina Medeiros; PEREIRA, Glaciene Vareiro. **Agricultura camponesa e agronegócio: Mulheres em resistência**. In: MEZADRI, Adriana Maria et al (org.). **Feminismo Camponês Popular**: Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 87-98.

LORENZONI, Carmem; SEIBERT, Iridiani Gracieli; COLLET, Zenaide. **Movimento de Mulheres Camponesas**: Veredas de muitas histórias. In: MEZADRI, Adriana Maria et al (org.). **Feminismo Camponês Popular**: Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p.13-32.

MATZEMBACHER, Daniele Eckert; MEIRA, Fabio Bittencourt. **Mercantilização & contramovimento**: agricultura sustentada pela comunidade (CSA): estudo de caso em Minas Gerais, Brasil. *Revista Organizações & Sociedade*, p. 396–430, 2020.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**: Teoría, crítica y perspectivas. Barcelona: Icaria, 2014.

MOREIRA, Gilvander Luís. **A luta pela terra em contexto de injustiça agrária**: Pedagogia de emancipação humana? Experiências de luta da CPT e do MST. 2017. 556f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa da Reforma Agrária**. São Paulo: Movimento Sem Terra, 1995.

_____, **A questão da mulher no MST**. Coletivo Nacional de Mulheres do MST, 1998.

_____, **Caderno de formação nº 2: Mulher Sem Terra**. Coletivo Nacional de Gênero MST, 1999.

_____, **Programa agrário do MST** – texto em construção para o VI Congresso Nacional. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2013.

MURACA, Mariateresa. **É a partir dessa sementinha que nós vamos avançando:** As práticas agroecológicas do movimento de mulheres camponesas em Santa Catarina (MMC/SC). R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.15, n.1, p.75-91 Jan.-Abr. 2018

NORONHA, Isabela. **Entre o solo e a terra:** Mulheres inseridas em experiências de agroecologia no MST. 2018. 106f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) - Faculdade de Ciências Aplicadas, UNICAMP, Limeira, 2018.

NOVAES, Henrique Tahan. **Reestruturação do campo e o fetichismo da “Revolução Verde”**. Revista Ciências do Trabalho, n.9, p. 15–28, dez. 2017.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Construindo um diálogo:** feminismo e agroecologia (entrevista). Proposta, Rio de Janeiro, ano 28/29, n. 103/104, dez./mar. 2005.

PEIRANO, Mariza. **“Etnografia, ou a teoria vivida”**. Ponto Urbe, ano 2, versão 2.0, fev. de 2008.

RAMOS; Flávia Soares. **Do campo à academia, da academia ao campo:** As mulheres na agroecologia. Revista de Ciências Sociais, Santa Catarina, v.7, no 1, p.43-65, jan./jun. 2017.

ROSENDO, Daniela. **Sensível ao cuidado:** Uma perspectiva ética ecofeminista. Curitiba: Editora Primas, 2015

ROSENDO, Daniela; KUHNEN, Tânia. **Ecofeminismos.** Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, v.7, n.2, p.16-40, 2021. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ecofeminismos/>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes:** Mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente –** Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez. 2004

SANTOS, Rosa Helena Gonçalves. **Os limites da organização produtiva das mulheres do coletivo raízes da terra do MST:** Fatores políticos e sociais. Monografia (Especialização em Questão Agrária, Agroecologia e Agroindustrialização) - Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais. Montes Claros, f.60. 2015.

SILIPRANDI, Emma. **Ecofeminismo:** contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.1, p.61-71, jan./mar. 2000

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia:** Transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Editora Gaia, 2012.

SODRÉ, Lu. Após 60 horas de resistência, famílias do MST são despejadas com violência em MG. **Brasil de Fato**, São Paulo, 14 de ago. de 2020. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/14/apos-60-horas-de-resistencia-acampamento-do-mst-em-mg-e-despejado-com-violencia> >. Acesso em: 25 de ago. de 2021.

_____. MG: 10 dias após despejo, fazendeiro avança ilegalmente sobre o Quilombo Campo Grande. **Brasil de Fato**, São Paulo, 25 de ago. de 2020. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/25/mg-10-dias-apos-despejo-fazendeiro-avanca-ilegalmente-sobre-o-quilombo-campo-grande> >. Acesso em: 25 de ago. de 2021.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 3. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

URIARTE, Urpi Montoya, **O que é fazer etnografia para os antropólogos**. Ponto Urbe [Online], 11 | 2012. Acesso em: 08 jan. 2020 <<http://journals.openedition.org/pontourbe/300> >

WARREN, Karen. **Ecofeminist Philosophy**: A Western Perspective on What is and Why it Matters. Lanham: Rowman & Littlefield, 2000.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Dados pessoais

1. Nome
2. Idade
3. Vive em qual acampamento/assentamento?
4. Lugar de origem
5. Escolaridade
6. Ocupação (emprego, função no movimento, aposentada, dona de casa, mãe...)
7. É casada? Tem filhos? Quantos?

Trajetória social

1. Quanto tempo de militância? Quanto tempo no coletivo de mulheres?
2. Conte um pouco sobre sua história antes de entrar para o MST.
3. O que mudou na sua vida após entrar para o movimento? E no coletivo?
4. O que a luta pela terra representa para você?
5. Qual o lugar do cuidado na sua vida?

Sobre o coletivo

6. Por que você entrou para o coletivo? Como chegou até ele?
7. O que o coletivo de mulheres Raízes da Terra significa para você?
8. Seus conhecimentos relacionados ao manejo da terra e ervas medicinais tem raízes aonde?
9. Qual sentimento de pertencer ao coletivo? Quais as maiores dificuldades? E vantagens?
10. Como você se sente nos dias de trabalho na horta?
11. A renda gerada com o trabalho do coletivo representa o que para você? E para a economia doméstica? (caso a renda não apareça como algo relevante, perguntar qual a maior motivação para permanecer no coletivo).
12. O que seu companheiro (caso tenha) e/ou família pensam sobre você fazer parte do coletivo?
13. Uma vez a Obed disse a seguinte frase “a gente cuida da terra e a terra cuida da gente”, qual o significado dessa frase?

Sobre o trabalho reprodutivo (tentar compreender o máximo possível sobre o trabalho doméstico/cuidado desempenhado em casa e para sua família)

14. Como você diferencia o trabalho que faz pelo coletivo do trabalho feito em casa?
15. Qual o tempo de dedicação semanal para o trabalho doméstico? E para o trabalho do coletivo?

APÊNDICE B – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Esta pesquisa está sendo realizado por Mariana Neves Jaimes, mestranda em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), juntamente com a professora orientadora Dra. Viviane Guimarães Pereira e o professor co-orientador Dr. Adriano Pereira Santos. A pesquisa é intitulada: “A gente cuida da terra e a terra cuida da gente: Uma etnografia sobre o coletivo de mulheres Raízes da Terra do Quilombo Campo Grande”.

O objetivo geral deste estudo é compreender os sentidos construídos pelo Coletivo de mulheres Raízes da Terra em torno do cuidado (entendendo o cuidado como sustentabilidade da vida) nas atividades desempenhadas na horta agroecológica de plantas medicinais e aromáticas, no contexto do trabalho coletivo e inserção no movimento social

Especificamente os objetivos traçados são:

1. Analisar a história e lutas do MST e, especificamente, do Quilombo Campo Grande, dando ênfase à organização das mulheres;
2. Identificar e analisar as práticas e sentidos que permeiam as relações do coletivo de mulheres com a terra e as práticas de cuidado, de modo a compreender os sentidos que o cuidado adquire no contexto específico do campo e do movimento social;
3. Estabelecer a trajetória social das mulheres antes de entrar para o 3 MST e depois de inseridas no Coletivo de auto-organização.

Sobre a participante da pesquisa, considera-se o seguinte:

- A) a participação é voluntária, isto é, a qualquer momento a participante pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento, o que garante sua autonomia;
- B) os dados coletados nas entrevistas compreensivas serão utilizados apenas dentro do contexto desta pesquisa e os resultados poderão ser divulgados em eventos ou revistas científicas;
- D) os resultados estarão à sua disposição quando finalizada a pesquisa e ficarão arquivados com a pesquisadora responsável.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é um documento que comprova a sua permissão. Será necessária a sua assinatura para oficializar o seu consentimento. Ele encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida para a participante.

Ressalta-se que a sua valiosa colaboração é muito importante e, a seguir, será apresentada uma Declaração e, se a participante estiver de acordo com o conteúdo da mesma, deverá assiná-la, conforme já lhe foi explicado anteriormente.

DECLARAÇÃO

Declaro estar ciente do inteiro conteúdo deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

NOME COMPLETO DO (A) PARTICIPANTE:

ASSINATURA DO (A) PARTICIPANTE:

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Campo do Meio, _____ de _____ de _____

Para possíveis informações ou esclarecimentos a respeito da pesquisa, você poderá contatar: Mariana Neves Jaimes, mestranda em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade na Universidade Federal de Itajubá pelo email: marianajaimes@unifei.edu.br